



## Revolta no Rio dá o recado do povo

Não podia dar certo. Se o presidente Sarney acreditava que podia assegurar a estabilidade para seu governo através de um amplo acordo com as forças reacionárias, ficou claro após as explosões populares do Rio de Janeiro que ao aderir às teses defendidas por estas

forças ele agravou, ao invés de amenizar, as tensões sociais.

A situação torna-se ainda mais grave porque o governo passou a percorrer nos últimos dias um caminho ainda mais identificado com o retrocesso. Ressucitou a Lei de Segurança Nacional e

já fala em suspender os trabalhos da Constituinte. Ao proceder dessa forma torna-se cada vez mais impopular, e corre o risco de conduzir o processo político em direção a rumos imprevisíveis. Veja na página 3.

### EDITORIAL

## O grito do povo

Os limites de tolerância das brasileiras e brasileiros chegam ao fim. O presidente, se imaginava que poderia ludibriar o povo com suas aparições melosas na televisão, já deve ter percebido que daqui para frente, até o fim de seu mandato - que se espera seja o mais breve - vai ter que escutar por todo lado o grito "Fora Sarney".

E a rebelião popular nas ruas do Rio de Janeiro mostra que a ação das brasileiras e brasileiros não vai ficar apenas nas vaias. É certo que o protesto dos cariocas teve como alvo específico o abusivo aumento das tarifas. Mas não há como negar que o repúdio à tentativa de impor um mandato de cinco anos, o descontentamento com as manobras para elaborar uma Constituição contra as mudanças, a repulsa à intromissão dos generais na vida política - em conluio com o presidente - a condenação às manobras de aproximação com o FMI, tudo isto serviu como alimentador do ódio que a manifestação demonstrou.

Mas, prisioneiro de uma lógica reacionária, divorciada dos sentimentos do povo e da nação, Sarney não só permanece no caminho da direita como ainda radicaliza velozmente sua opção por um sistema ditatorial. Assim, empregando lugares comuns muito caros aos generais, tacha o protesto como obra de baderneiros - o ministro da Justiça, Paulo Brossard chegou a falar em terrorismo! - e ressuscita a famigerada Lei de Segurança Nacional para reprimir pessoas que participaram da vaia na quinta-feira da semana passada.

Mais do que isto, o presidente se prepara para violar mais uma vez a soberania da Constituinte, apresentando um substitutivo ao relatório de Bernardo Cabral - que já é muito ruim - na comissão de sistematização. O regimento interno não permite a apresentação de um substitutivo nesta fase dos trabalhos. Mas o próprio

líder do governo, Carlos Sant'Anna, demonstrando o desprezo do Planalto pela Constituinte, declarou: "Desde quando o regimento é importante?". Parece uma ofensiva deliberada para criar um impasse e abrir espaço para novas medidas de força, certamente amparadas pelas Forças Armadas, visando impor os pontos de vista mais reacionários de ponta a ponta.

Dentro desta mesma linha de atuação, esboça-se um ataque ainda mais perigoso à Constituinte. Alegando um clima de instabilidade, devido aos protestos populares no Rio de Janeiro, Sarney insinua que seria muito bom arranjar um período de recesso da Constituinte - para "compatibilizar os pontos que não formam uma unidade de pensamento no anteprojeto do relator Bernardo Cabral".

Em primeiro lugar é uma evidente tentativa de evitar que a voz do povo nas ruas interfira nos trabalhos da Constituinte. Depois, é um esforço para isolar os deputados e senadores e facilitar as pressões e chantagens sobre cada um individualmente.

Os brasileiros não podem aceitar este fechamento temporário da Constituinte. Mesmo porque nada garante que seria apenas temporário. Os generais já fecharam o Congresso muitas vezes e não vacilariam em perpetrar um novo crime contra as normas democráticas para forçar uma Carta Magna inteiramente de acordo com suas ambições.

As vaias e a revolta popular contra o aumento dos ônibus significam um brado de alerta. Os trabalhadores e todos os democratas devem ver nestes atos de rebeldia um impulso para a retomada da mobilização de massas pelas mudanças e pela liberdade. Não se pode permanecer na passividade quando o governo e a direita atentam contra a soberania da pátria e contra a democracia.

## Governo, sem opção, amplia a moratória

O governo resolveu ampliar sua moratória, suspendendo parte dos pagamentos da dívida contraída junto às agências oficiais (os Exinbanks, que operam linhas de financiamento para determinadas importações), reunidos no Clube de Paris. A medida atinge apenas a amortização do principal, isto é, da quantia originalmente emprestada até 1983 com vencimento no segundo semestre deste ano - cerca de 500 milhões de dólares. Os juros continuarão sendo religiosamente pagos, segundo o Ministério da Fazenda.

A decisão foi uma resposta à posição do Clube de Paris, que exigiu o pagamento integral dos débitos. E foi justificada pelas autoridades brasileiras como absolutamente inevitável, uma vez que o país não dispõe de reservas para fazer frente a essas obrigações (mesmo com a economia gerada pela moratória, estimada em US\$ 4,3 bilhões, e a retomada das exportações, prevê-se um expressivo rombo no balanço de pagamentos ao final do ano, devido em grande parte ao crescimento do volume de remessa de lucros pelas multinacionais).

No entanto, isto não representa uma mudança ou endurecimento no relacionamento do governo com os credores externos. Aliás, o próprio ministro da Fazenda, Bresser Pereira, apressou-se em deixar isto claro: "Não se trata de uma agressão nem de um confronto com o Clube de Paris, mas apenas de proteger nossas reservas cambiais". A medida não surpreendeu sequer o Clube de Paris, que já havia sido avisado da possibilidade: "ninguém esperava mesmo receber um centavo do principal em 1987", ressaltou um alto funcionário do governo britânico ao jornal "Gazeta Mercantil".

Ao mesmo tempo, o governo Sarney se prepara para formalizar um acordo com o FMI e os banqueiros, acabando com a moratória e fazendo concessões de todo tipo ao imperialismo.



Porta da Volks, milhares de operários saem do serviço, muitos não retornarão

## Desemprego volta a atormentar o ABC

Milhares de operários já foram demitidos nos últimos dias no cinturão industrial de S. Bernardo, S. Caetano e Santo André, reprisando a angústia vivida durante a recessão de 1981 a 83. Veja o drama dos desempregados na página 8

## 1917: a greve geral que parou São Paulo

A fome foi o motor que levou o proletariado a paralisar totalmente a capital paulista em julho de 1917. A vitória foi conquistada nas barricadas armadas nas ruas. Pág. 7

## Reforma de Gorbatchev é vitória do capital

Kruschev, nos anos 30, comandou a retomada do capitalismo na URSS. Na gestão Brejnev, houve um esforço para manter a aparência de socialismo. Agora, Gorbatchev trata de legalizar de vez o capitalismo no país dos soviets. P. 2

Fundação Maurício Grabois



URSS

# Aprofundamento da via capitalista

Novas mudanças na União Soviética. Não, não são mudanças de conteúdo. O atual dirigente do PCUS, Mikhail Gorbachev, não trai a orientação capitalista imposta ao país por Kruschev, e mantida por Brejnev e seus sucessores. Gorbachev está - é esse o sentido real da sua "perestroika" (reestruturação) - adequando ainda mais à superestrutura da URSS à estrutura capitalista, reimplantada no país a partir dos anos 50. No final de junho, ele dirigiu uma reunião do Comitê Central do PCUS onde levou adiante essa sua missão de caráter burguês.

No dia 25, Gorbachev abriu a reunião do Comitê Central defendendo a reformulação da economia e criticando os dirigentes do PCUS que se opõem às reformas. Apresentou um projeto de lei e 12 de decretos que aumentam a autonomia das unidades produtivas (que poderão decidir o que e como produzir) e permitem que os excedentes econômicos sejam

administrados de acordo com as necessidades dos burocratas das indústrias, empresas e fazendas.

Por esse "pacote", são eliminados os subsídios para produtos de primeira necessidade, como pão, leite, açúcar e carne. A liberação de preços é ampliada, para que prevaleçam "as leis do mercado".

Gorbachev propôs que os aumentos de produtividade sejam decorrentes de "estímulos salariais". Mas uma de suas afirmações deixou a amarga sensação de que se ensaia o arrocho salarial no país que, outrora, foi modelo de socialismo para o mundo. Ele disse: "Embora as metas dos últimos três planos quinquenais sobre crescimento industrial e aumento da produtividade não tenham sido alcançadas, os gastos com salários superam em muito as cifras estipuladas nesses planos" (...).

É difícil dizer que essas propostas têm um sentido "renovador do socialismo", como apregoam os aliados de Gorbachev mundo afora - inclusive a imprensa capitalista. A autonomia das unidades produtivas, já existente na URSS



Fila para compras em Moscou: Gorbachev quer resolver o problema liberando os preços...

desde Kruschev, mas que Gorbachev pretende ampliar, é uma prática capitalista, que os dirigentes iugoslavos praticam há dezenas de anos (chamam-na de autogestão).

## Proposta reforça a anarquia na economia

Diferentemente da "autonomia das unidades produtivas" e da administração dos "excedentes econômicos" pelos gerentes das empresas, a ciência socialista - o marxismo - preconiza a economia planificada e centralizada. Já em 1848 Marx e Engels afirmavam que "o proletariado se livrará da dominação política para ir arrancando gradualmente à burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção em mãos do Estado, quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante".

A "autonomia" de Gorbachev envolve também a "eleição" dos gerentes das unidades de produção pelos trabalhadores em cada empresa, liberando-as da administração do Estado. Uma medida que, na época em que a URSS era socialista, os anarco-sindicalistas defendiam, e que Lênin combateu de forma acérrima: "toda ação de legalizar, em forma direta ou indireta, a propriedade dos operários de fábricas isoladas ou de profissões isoladas sobre sua produção ou seu direito de debilitar ou estorvar as ordens do poder estatal é uma grande tergiversação dos princípios fundamentais do poder soviético e a

renúncia completa ao socialismo".

Quanto ao fim dos subsídios para o pão, leite, açúcar, carne e outros produtos, não há muito o que comentar. Nós, aqui no Brasil, sofremos na carne - melhor seria dizer no estômago - o efeito dos preços elevados de gêneros de primeira necessidade. Isso nada tem a ver com socialismo. É uma medida ao gosto tanto dos Gorbachev quanto dos Bresser Pereira. Desagrada a nós, trabalhadores. Fere os nossos bolsos. No Brasil ou na URSS,

## Quem tem dinheiro pode ter tudo...

O dirigente supremo do PCUS perguntou: "Podemos considerar normal uma situação em que a reforma de uma casa, a compra de artigos domésticos, de um calçado ou de uma roupa signifiquem uma séria dificuldade?" Não. Nem ele considera isso normal. E propôs a solução: a lei de mercado será a determinante para a fixação de preços. Ou seja, quem tiver dinheiro - para reformar a casa ou coisas que tais -, poderá comprar os produtos necessários, que estão no mercado custando, é claro, os olhos da cara. Igualzinho ao que ocorre no Brasil: o distinto quer comprar uma casa térrea no Planalto Paulista, em São Paulo? Basta ter Cz\$ 9 milhões para pagá-la à vista. Não tem? Bem, não se queixe da falta de casa. A casa existe, e está à procura de um comprador... Em seu mausoléu, na Praça Vermelha, Lênin, mumificado,

deve se lembrar de um escrito seu dos idos de 1917: "a liberdade de venda, a liberdade de comércio é um desenvolvimento do capitalismo".

Mas nem todas as propostas de Gorbachev tiveram condições de ser aprovadas nessa reunião. Uma delas, a do "desempenho programado", ele teve que retirar de pauta, devido à repercussão demasiado ruim que granjeou quando foi defendida pelo professor Nikolai Shmelyov, da Academia de Ciências Soviéticas.

O tal professor publicou um artigo na revista "Tempos Novos" explicando no que consistia o "desempenho programado". Trata-se da "tolerância" de um certo número de desempregados para estimular os que estão em seus postos, a produzir mais, para evitar a demissão. Pegou mal. Socialismo com desemprego legalizado é receita indigesta. O "desempenho programado" vai esperar ocasião mais propícia.

Na reunião Gorbachev aumentou seu poderio no partido. Indicou mais três elementos de sua camarilha para o Politburo: Alexander Yakovlev, Nicolai Slyunkov e Victor Nikonov. Destituíu adversários - revisionistas também, mas ligados ao finado Brejnev -, como o ex-ministro da Defesa Dmitri Yazov e o cazaquistânês Dinmuhamed Kunaev. Convocou, ainda, uma Conferência Nacional do PCUS, para julho de 1988. Pretende vencer resistências de outras facções burguesas que coabitam o partido que, no passado distante, foi de Lênin e Stálin. São querelas da "era Gorbachev".

(Carlos Pompe)

Pelo mundo



## Mentiras de um espião

O ex-diretor da CIA (serviço de espionagem dos EUA), William Casey, mentiu durante seus depoimentos perante a Comissão de Informações da Câmara de Representantes a respeito da venda ilegal de armas ao Irã. Ele tentou deliberadamente, evitar que o Congresso tomasse conhecimento de detalhes da operação secreta. O caso da mentira ficou claro quando foram divulgadas, no final de junho, as transcrições das conversas a portas fechadas naquele comissão do Congresso. Casey, em um de seus depoimentos, negou que soubesse do embarque de mísseis Hawk para o Irã, em novembro de 1985. Há provas documentais de que ele sabia - e autorizou - o tal embarque. O ex-chefe da CIA, e amigo íntimo de Ronald Reagan, morreu no dia 6 de maio, após uma operação de um tumor no cérebro.

## Dívida de USS 1 trilhão

O valor da dívida externa dos países dependentes, em números exatos, era de 1,085 trilhão de dólares no final do ano passado, segundo estimativas elaboradas pelo Banco Mundial. A instituição, que representa os interesses imperialistas norte-americanos, constatou também que o badalado plano Baker, apresentado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos em 1985 na Coreia do Sul, revelou-se um completo fiasco. Baker sugeriu à comunidade financeira internacional que concedesse empréstimos adicionais de 20 bilhões de dólares até o final de 1988 aos 15 dos países mais endividados, a maioria da América Latina. Ao contrário disto, os bancos trataram de exigir o pagamento do que já haviam emprestado, o que, em certa medida, acabaram conseguindo. São dados que evidenciam o agravamento da crise do sistema monetário internacional.

## Delícia para os bancos

A Iugoslávia vem enfrentando sérios problemas econômicos, políticos e sociais, com uma recessão persistente, inflação e o aumento do desemprego, mas, por isto mesmo, tem sido um exemplo de ajustamento aos interesses dos banqueiros internacionais. O governo revisionista daquele país elegeu como prioridade número um do país o pagamento da dívida externa, hoje em torno de 29 bilhões de dólares, e segue à risca um acordo de monitoramento ampliado feito com FMI. Ao contrário de outros países dependentes, a Iugoslávia vem pagando não só os juros como ainda o principal (amortização do empréstimo original). Trata-se, sem dúvidas, de um modelo que faz a delícia da comunidade financeira internacional.

## Barbie: Pena máxima

O promotor Pierre Truche pediu a prisão perpétua, pena máxima na França, para o carasco nazista Klaus Barbie, ex-chefe da Gestapo em Lyon. Truche afirmou que Barbie cometeu crimes contra a humanidade e continua "fiel aos ideais nazistas". Ele comprovou que, em 1943 e 1944, o oficial de Hitler deportou 842 judeus e membros da resistência para campos de extermínio. Desse total, no mínimo 373 morreram, inclusive 52 crianças que Barbie prendeu pessoalmente no orfanato onde moravam, em Izieu, e muitos foram torturados. O juiz André Cerdini, que preside o julgamento, deverá ordenar a presença de Barbie no tribunal - desde o início das sessões, em 11 de maio, ele compareceu apenas quatro vezes na sala da Justiça, para ser identificado por testemunhas.

## Greve geral boliviana

Dezenas de milhares de trabalhadores bolivianos participaram da greve convocada para o dia 30 pela Central Operária Boliviana (COB). A greve foi um protesto contra a reforma promovida pelo governo no sistema de previdência e assistência social. O governo de Paz Estenssoro decretou a greve ilegal, para melhor poder reprimir o movimento dos trabalhadores. Mas foi em vão: a COB anunciou que o ato contou com a adesão massiva dos trabalhadores. Somente os serviços de água, energia elétrica e os setores de emergência nos hospitais funcionaram.

## Um gesto digno

O acadêmico argentino, Alfredo Bravo, apresentou ao presidente Raúl Alfonsín sua renúncia do cargo de subsecretário do Ministério da Educação, em protesto contra o perdão aos militares que participaram do assassinato de 30 mil opositores durante a chamada "guerra suja". Bravo foi uma das vítimas da ditadura militar, tendo sido sequestrado e torturado. Assim como o conjunto da população do país, ele desaprovou as constantes cedências do presidente Alfonsín em relação aos militares que, armados até os dentes, são uma ameaça ao processo de democratização argentina.

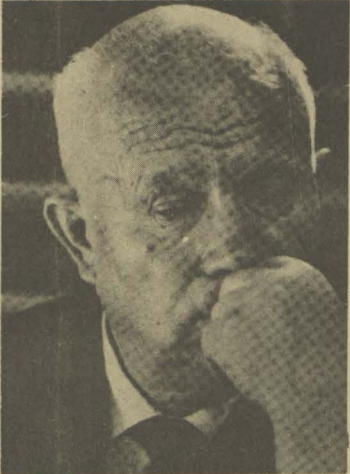
## Forma e conteúdo

A "perestroika" (reestruturação) é a faceta econômica da denominada "era Gorbachev", assim como a "glasnost" (abertura) é a sua faceta política. Não traduzem, contudo, uma mudança de conteúdo da sociedade soviética. Esta mudança, profunda, de conteúdo ocorreu nos anos 50, quando Kruschev assumiu, através de um golpe que envolveu inclusive o cerco de uma reunião do Comitê Central por tropas militares, o poder econômico restaurou o capitalismo naquele que fora o primeiro país socialista do mundo.

Como Gorbachev, Kruschev agia acodadamente. Tirou dos cárceres os inimigos do Estado operário. Mudou o caráter do PCUS, que de partido de vanguarda do proletariado passou a ser o "partido de todo o povo" - na verdade, o partido dos burocratas que dominaram a economia e o Estado soviético. Mudou o caráter do Estado, que deixou de ser ditadura do proletariado para ser a "ditadura de todo o povo" (uma aberração teórica pois, se todo o povo exerce sua ditadura, prescinde do Estado). Mudou a política externa, advogando a "colaboração" sem limites com os Estados burgueses (na verdade, inimigos do socialismo). Vem da época de Kruschev a adoção da autogestão na URSS, com crescente autonomia para as unidades de produção e esmigalhamento da economia estatal planificada, socialista.

Durante a longa gestão de Brejnev, o PCUS adotou uma política mais cautelosa. Manteve - inclusive aprofundou - a orientação capitalista inaugurada por Kruschev. Preocupou-se, contudo, em preservar a fachada socialista. Uma forma de enganar os operários soviéticos e o restante do mundo.

Mas, como ensina a dialética, a forma é a organização interna do conteúdo. Ela reúne num todo os elementos do conteúdo, sem o que o conteúdo é impossível. E o



Kruschev: agente do capital

conteúdo capitalista da atual sociedade soviética impõe as suas necessidades formais. É essa a tarefa que Gorbachev está levando à frente. Daí a sua defesa das "leis de mercado", da autonomia das unidades de produção (que não atuam num sistema único, de colaboração - "como uma só fábrica", no dizer de Stálin) que correem entre si. Daí a proposta do "desempenho programado", na verdade um "desempenho programado", ao sabor das inevitáveis crises capitalistas.

Daí, no campo da "glasnost", sua defesa de eleições secretas no partido (para que as diferentes correntes políticas possam disputar livremente seu predomínio na estrutura partidária e estatal), a multiplicidade das chapas nos pleitos os mais variados - de sindicatos às delegacias de polícia, passando pelos soviets. Daí a prisão e condenação à morte de estudantes que protestaram contra a dominação grão-russa no Czaquistão, no início do ano.

É a forma capitalista, adequada ao conteúdo capitalista. E como tudo que é dialético, traz também o seu contrário: abre os olhos dos operários para o real caráter da economia e do Estado da União Soviética atual. A cada ação, cabe uma reação. E a reação dos operários ao capitalismo, nos ensina Marx, é a luta pelo socialismo. A revolução. Os coveiros do capitalismo entram em ação.

## CORÉIA DO SUL

# Levante popular conquista diretas já

Após três semanas de intensas manifestações, o governo militar da Coreia do Sul anunciou no último dia 30 a realização de eleições diretas para presidente da República ainda este ano. Esta era a principal reivindicação das forças oposicionistas, mas o general-presidente Chun Du-Wuan não aceitava mudar a Constituição para que seu sucessor fosse escolhido nas urnas. Chun já havia, inclusive, escolhido o nome de seu sucessor que deveria ser referendado em dezembro por um colégio eleitoral sob seu controle. Ao anunciar o recuo do governo, o presidente do partido oficial PJD, general Rog Tae-Wu, afirmou que esta era a "única forma de superar o tumulto social e alcançar a reconciliação nacional".

## PROTESTOS NAS RUAS

Desde 1971 não há eleições presidenciais na Coreia do Sul e o atual presidente, general Chun Du-Wuan, assumiu o poder com um golpe em 1980. O ditador dirige o país com mão de ferro, sob denúncia de corrupção, com uma imprensa censurada e permitindo apenas um papel simbólico aos partidos de oposição. No setor econômico abriu as portas ao capital estrangeiro, que para lá acorreu aproveitando-se de mão-de-obra baratíssima amordaçada pela repressão. Isto fez com que o país tenha um dos mais altos crescimentos

econômicos do mundo - 15% ao ano - mas que vive em função das exportações.

A revolta latente na população explodiu inicialmente com os protestos estudantis contra a morte de um companheiro sob torturas na polícia, em janeiro deste ano. A partir de 13 de abril - quando Chun Du-Wuan encerrou o diálogo com a oposição - a maré de protestos aumentou, atingindo operários, donas de casas, profissionais liberais e até religiosos. Ao anunciar no último dia 10 o seu sucessor oficial - Roh Tae-Wu, o presidente Chun entornou o caldo de vez provocando um levante popular nas principais cidades do país.



CDM  
Centro de Documentação e Informação  
Fundação Maurício Grubios

Estudantes utilizam equipamento capturado da polícia

## Tribuna Operária

Semanário Nacional  
Faca já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) □ Cz\$ 1.000,00  
Anual popular (52 edições) □ Cz\$ 500,00  
Semestral (26 edições) □ Cz\$ 500,00  
Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 250,00  
Anual para o exterior (em dólares) □ US\$ 70

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: .....

Cidade: ..... CEP: .....

Estado: .....

Profissão: .....

Data: .....

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda  
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo  
CEP: 01318



SARNEY E A DIREITA

# Quem semeia ventos...

Diante das explosões de descontentamento popular no Rio, o governo move-se ainda mais para a direita, adota atitudes que fazem lembrar o tempo dos militares, parece disposto a intervir na Constituinte e lança o processo político em direção a rumos imprevisíveis.

Não foram necessárias mais do que duas semanas para que o presidente Sarney recebesse os primeiros sinais de que havia algo de errado com seus planos de firmar-se no poder e alcançar estabilidade política através de um amplo acordo com as forças reacionárias. Se há 15 dias ele anunciava eufórico um "Novo Cruzado", prometia o desenvolvimento do país através da abertura completa ao capital estrangeiro e via a Constituinte pronunciar-se mais uma vez a favor do mandato presidencial de cinco anos, hoje nada parece resumir melhor sua real situação junto ao povo que uma recomendação feita por Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves logo após os incidentes da Academia Brasileira de Letras: "presidente, o senhor deveria evitar os compromissos em que haja possibilidade de presença popular". Da mesma forma, nada parece retratar melhor a instabilidade do panorama político que as cenas transmitidas pela TV para todo o Brasil cinco dias depois, mostrando o céu do Rio de Janeiro esfumado pelos ônibus em chamas, os grandes protestos que se prolongaram por 9 horas, e ao mesmo tempo as tropas do Exército ocupando a estação de trens da Central do Brasil.

Quem acompanha com atenção e espírito crítico a conjuntura do país não teve qualquer dificuldade para prever o surgimento deste quadro novo. Por mais que a imprensa de direita deixasse de lado suas críticas antigas a Sarney; por mais que o FMI e os bancos credores cobrissem de elogios os planos do ministro Bresser Pereira e prometessem "vantagens" ao Brasil; e por mais que acertos na Constituinte unissem solidamente o centro e a direita, formando um bloco que parecia ser estável e imbatível, era

evidente que ao adotar um posição ainda mais conservadora o governo agravava, ao invés de amenizar, problemas econômicos e sociais de vulto, e criava uma situação em que é quase inevitável a explosão da revolta popular.

## MAIS À DIREITA

Ocorre que para fazer frente ao descontentamento popular o governo parece disposto a dar novos passos em direção ao retrocesso. Um dia após ser alvo de vaias no centro do Rio, Sarney reuniu-se com os seis ministros militares e comunicou que empregaria a Lei de Segurança Nacional contra os manifestantes. No dia 30, oito policiais invadiram a casa de Danilo Groff e o prenderam sem mandato judicial, prometendo mantê-lo encarcerado por pelo menos 15 dias. E ao falar sobre os protestos dos cariocas contra o aumento das passagens de ônibus, o porta-voz governamental Frota Neto utilizou de novo velhos jargões do período militar, qualificando os incidentes obra "de baderneiros". Além disso, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, fez questão de dar declarações duas vezes na semana passada, afirmando que o país estava sendo vítima de "grupos extremistas" e que as Forças Armadas "não permitirão" que estes grupos continuem agindo.

## ATAQUE À CONSTITUINTE

A direita endureceu suas posições também quanto à Constituinte. A imprensa atacou até mesmo o parecer do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que mantém a maior parte das vitórias que os conservadores obtiveram nas primeiras etapas dos trabalhos constitucionais. Criticou especialmente a concessão da estabilidade no

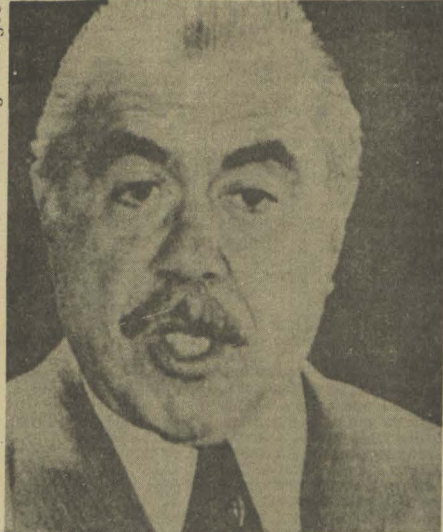


Foto: Sérgio Borges



Ônibus em chamas no Rio: um sintoma de que o acordo de Sarney com a direita agrava, ao invés de resolver, os principais problemas do país

emprego, da jornada de 40 horas e a anistia aos militares cassados por motivos políticos. E o presidente Sarney, demonstrando mais uma vez sua índole intervencionista, anunciou, também através de Frota Neto, que o governo agiria para impedir a aprovação de vários itens do parecer. Segundo alguns jornais, Sarney teria feito declarações alarmistas a respeito do trabalho de Cabral, chegando a prever que caso aprovado ele tornaria o país "ingovernável" e provocaria "grave crise política num período máximo de 90 dias". No último dia 2 já se falava que assessores do presidente estavam se dedicando a redigir um parecer paralelo e apresentá-lo à Assembléia e que o Planalto endossava uma proposta em favor de suspensão temporária dos trabalhos constitucionais.

Vistas as coisas de maneira ampla, tudo indica, portanto,

que ao aderir de peito aberto às teses da direita Sarney pode ter lançado não apenas seu governo mas todo o processo político em direção a rumos imprevisíveis. Por ter buscado a "estabilidade" apoiando-se nas forças mais retrógradas, o presidente não vê outra saída a não ser ceder, e ceder cada vez mais, a tudo que lhe exigem estas forças. Mas ao fazê-lo corre o risco de desencadear um clima de tensões sociais grandes o suficiente para obrigá-lo pelo menos a afastar-se por completo de qualquer contato popular e a viver, como ocorreu na Catedral de Brasília no último dia 30, cercado por tropas militares. Não é de se estranhar que o presidente tenha chegado a tal ponto. Quem semeia ventos, colhe tempestades.

(Antônio Martins)



Espontaneamente milhares de pessoas se uniram contra Sarney e contra o aumento das tarifas

RIO DE JANEIRO

## Rebelião impede o aumento

Tudo começou quando uma passageira protestou e se recusou a pagar a passagem com aumento de 50%. Outros passageiros se solidarizaram imediatamente. Estabeleceu-se um impasse e o ônibus parado na Cinelândia, local de grande movimento, no centro da cidade. Formou-se uma aglomeração que, com a intervenção violenta da polícia, transformou-se rapidamente numa batalha de rua envolvendo milhares de pessoas.

Com a chegada dos primeiros soldados do Batalhão de Choque da PM, que foram logo atirando bombas de gás lacrimogêneo, começaram os conflitos. A massa popular cresceu espontaneamente, revelando o clima de revolta existente na população. Uma passeata rumou para a avenida Antônio Carlos. Ali chegando, a multidão interrompeu o trânsito e passou a esvaziar os pneus dos ônibus. Os passageiros desciam dos coletivos e engrossavam o protesto.

A polícia começou a usar a força bruta, agredindo os

manifestantes com bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo e com cassetetes. A partir daí a revolta explodiu por todo lado. A massa deu início à depredação de ônibus cujos motoristas tentavam furar o bloqueio. Aos gritos de "Fora Sarney" o povo avançou para a avenida Rio Branco que, por volta das 14 horas, estava transformada em praça de guerra.

## VIOLENCIA POLICIAL

Nesta altura a polícia já recorria a carros de combate tipo Brucutu e até helicópteros. Todos que estavam nas ruas, mesmo os curiosos que paravam para saber o que estava acontecendo, eram alvo da fúria repressiva. O jornalista Roberto Mader, da Rede Manchete, que estava na Cinelândia cobrindo os acontecimentos, ao se aproximar dos soldados para indagar sobre as prisões indiscriminadas, foi arrastado pela rua, espancado e atirado num camburão. O dirigente regional do PC do B, Maurício Ramos, também foi truculentamente agredido e preso.

Cerca de 100 prisões foram

realizadas e, sintomaticamente, todos os detidos eram encaminhados à Polícia Federal, numa cópia fiel do que ocorria durante a ditadura militar. Cerca de 47 pessoas saíram feridas. Em contrapartida, quase 100 ônibus foram depredados.

O presidente Sarney, revelando mais uma vez a sua total vinculação ao esquema militar, solicitou a intervenção das tropas federais. Imediatamente o Exército ocupou a área da Central do Brasil.

As autoridades governamentais - incluindo o governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro - entoaram as velhas cantilenas do "perigo subversivo", dos "incitadores da baderna" e outras tantas tão a gosto dos generais.

## O ESTOPIM

Mas infelizmente, para estes pregoeiros da repressão como remédio para os males sociais, desta vez o estopim da revolta ficou muito evidente. O juiz Ivaldo Correia autorizou um aumento de 50% nas tarifas dos ônibus, de Cr\$ 4,80 para Cr\$ 7,20. Isto em pleno congelamento decretado pelo gover-

no. Imediatamente eclodiu o protesto. No fim da tarde, apavorado com a reação popular, o mesmo juiz revogou a medida. A notícia foi logo divulgada através de rádio e televisão, fazendo com que as ruas voltassem à calma. Quem orientou o juiz a fazer a provocação?

Por mais que os reacionários façam esforço para esconder a realidade, fica mais do que evidente que o povo está farto de agüentar nas costas a incompetência dos governantes, e não aceita novos sacrifícios. A rebelião tinha um alvo preciso e foi vitoriosa. O povo na rua barrou o aumento das passagens.

Uma senhora que presenciou os acontecimentos, entrevistada por uma emissora de rádio, resumiu muito bem a opinião do cidadão comum: "Foi uma manifestação espontânea do povo que está cansado de ser enganado com falsas promessas de políticos e descontente com aumentos insuportáveis. Esse negócio de dizer que tudo é obra de baderneiros é mentira. O que aconteceu foi a explosão natural de quem não agüenta mais essa política do governo".

## PC do B não compactua

Em missão que tem o comando explícito do Palácio do Planalto, o senador Marco Maciel movimentou-se para alcançar um "pacto político". No momento em que o governo adota posições cada vez mais retrógradas, ele procura "reduzir as tensões" e alcançar "algum tipo de acordo" entre os partidos. Já avistou-se com o PT, o PDT e o PDS. Procurou o PC do B na semana passada. Em resposta, o líder do partido, deputado Haroldo Lima, emitiu a nota que se segue:

"O Partido Comunista do Brasil considera importante a convivência democrática com as demais correntes políticas. Não se nega a sentar-se com outros partidos para trocar opiniões sobre questões da atualidade.

"O senador Marco Maciel, presidente do PFL, propõe encontrar-se com o PC do B com a finalidade de conversar a respeito de um pacto político com o governo.

"O PC do B teria satisfação

em conversar com o ilustre senador sobre problemas políticos gerais. Contudo, nossa atitude é de oposição ao governo Sarney e de defesa das eleições presidenciais em 1988. O encontro com o senador Maciel para discutir um pacto político com o governo carece de sentido, porque somos contra o pacto.

"Por isso, reiterando nossa consideração ao senador Maciel, declinamos de atender ao seu convite para uma conversa sobre o pacto".

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**DECLARAÇÃO DO SENADOR MARCO MACIEL**

O Partido Comunista do Brasil considera importante a convivência democrática com as demais correntes políticas. Não se nega a sentar-se com outros partidos para trocar opiniões sobre questões da atualidade.

O Senador Marco Maciel, Presidente do PFL, propõe encontrar-se com o PC do B com a finalidade de conversar a respeito de um pacto político com o governo.

O PC do B teria satisfação em conversar com o ilustre senador sobre problemas políticos gerais. Contudo, nossa atitude é de oposição ao governo Sarney e de defesa das eleições presidenciais em 1988. O encontro com o senador Maciel para discutir um pacto político com o governo carece de sentido, porque somos contra o pacto.

Por isso, reiterando nossa consideração ao Senador Maciel, declinamos de atender ao seu convite para uma conversa sobre o pacto.

ULYSSES GUIMARÃES

## Um triste papel

Falando à imprensa logo após os incidentes com o ônibus presidencial na Academia Brasileira de Letras, o general Paulo Campos Paiva, ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, não fugiu do tom que marcou as declarações dos chefes militares sobre o assunto. Para ele, os protestos equivalem a **uma conspiração**, orquestrada por um pequeno número de radicais contra o presidente. O general justificou suas opiniões: "ninguém sai de casa levando uma picareta se não tiver por que usá-la". Fazia menção às versões segundo as quais o vidro da janela onde se encontrava o presidente teria sido quebrado não por uma das pedras atiradas pelos manifestantes, mas por um golpe de picareta dado por alguém que tinha interesse em **atentar contra a vida de Sarney**.

Nos dias seguintes os atos e as declarações dos membros do governo bateram na mesma tecla. Eles visaram sempre isolar as forças de esquerda e qualificá-las como um coro de descontentes em meio a uma conjuntura de "luta pelo aperfeiçoamento democrático".



Foto: Ivan Carlos Gomes

Para Ulysses, o homem que está atrás desta janela é "popularríssimo".

**CDM**

**Centro de Documentação e Memória**

**Fundação Maurício Grabois**



RELATÓRIO CABRAL

# Poucas novidades

O anteprojeto de Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral, divulgado na semana passada, não apresentou nenhuma mudança significativa em relação aos substitutos aprovados pelas Comissões Temáticas. Assim, trata-se de um texto confuso, mais parecido com uma colcha de retalhos, que não atende às aspirações mudancistas da maioria do povo brasileiro e mantém praticamente todas as distorções anteriores.

Na verdade, esse primeiro anteprojeto representa uma peça absolutamente desfigurada, que sequer pode ser atribuída ao que efetivamente pensa o relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Isso porque, por exigência do Regimento Interno da Constituinte, ele pode apenas compatibilizar e sistematizar o material recebido das Comissões Temáticas. E esse material é, no geral, bastante atrasado e conservador.

De qualquer maneira, o anteprojeto apresentado para debate e apreciação dos 93 membros da Comissão de Sistematização é, em sua essência, um documento reacionário, entreguista e conservador. Ele mantém os três aspectos básicos que o caracterizam como mais atrasado ainda do que a Constituição em vigor, outorgada pelos militares: uma postura aberta e deslavadamente entreguista nos princípios gerais da economia, o estabelecimento de condições que objetivamente impedem a realização da reforma agrária e a democratização da estrutura fundiária do país e na prática revogam o próprio Estatuto da Terra e a introdução de mecanismos eleitorais e partidários, como o voto distrital misto, que representam grave ameaça para a democracia representativa e a liberdade de organização partidária no país.

No aspecto nacional, o anteprojeto pouco altera em relação aos dispositivos entreguistas aprovados, através de golpes e manobras, pela Comissão de Ordem Econômica. Na definição de empresa nacional, embora o anteprojeto faça algumas pequenas alterações, como a introdução da obrigatoriedade do controle decisório sobre o capital e a retirada da possibilidade de que pessoas jurídicas domiciliadas no país participem de empresas consideradas nacionais, o sentido geral é o mesmo. Apenas criam-se algumas dificuldades adicionais para que as empresas multinacionais ou suas subsidiárias possam ser consideradas como sendo empresas brasileiras, mas deixa-se aberta essa possibilidade. Além disso, mantém o fim do mecanismo de reserva de mercado, substituído pelo

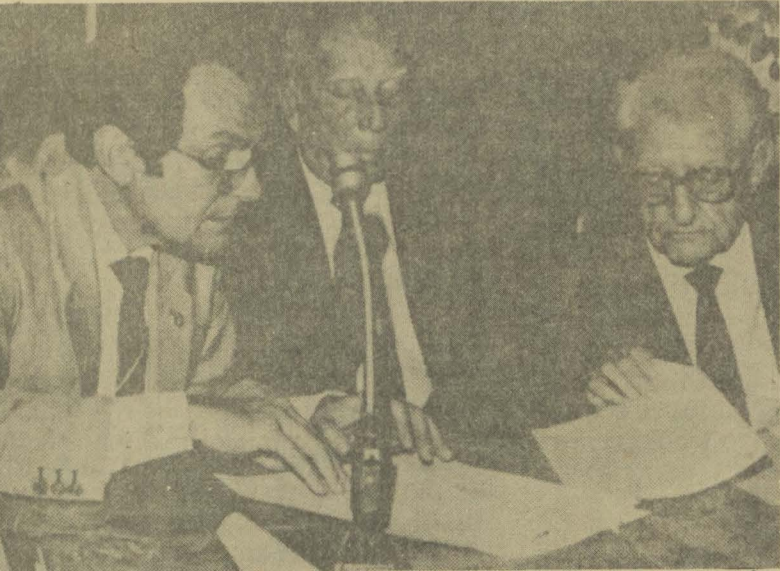
conceito de proteção temporária e as limitações ao monopólio estatal do petróleo, restrito à pesquisa, lavra, refino e transporte.

Na questão agrária, então, o anteprojeto mantém a essência do texto de inspiração do latifúndio e da UDR, aprovado pela Comissão, praticamente inviabilizando a realização da reforma agrária no país e revogando o Estatuto da Terra, de autoria do regime militar. O anteprojeto cria tantas limitações para as desapropriações de terras que dificilmente qualquer pedaço de chão poderá vir a ser desapropriado.

Quanto às questões políticas, o anteprojeto igualmente pouco avança em relação ao aprovado pelas Comissões. Mantém inalterado o papel constitucional das Forças Armadas, com poderes para intervir na política interna do país, e o Estado de Defesa, que passa a ser decretado por solicitação do primeiro-ministro, e, como novidade, acaba com o Conselho de Segurança Nacional, substituindo-o pelo Conselho da República.

Mas é nas questões eleitorais e partidárias que o anteprojeto apresenta as suas principais e mais graves distorções. Em primeiro lugar ele mantém as restrições impostas ao pleno funcionamento dos partidos políticos, que ferem o princípio da liberdade de organização partidária. Mais do que isso, ele mantém o sistema do voto distrital misto para as eleições aos cargos legislativos, pondo em risco a democracia representativa no país.

Nesse aspecto está concentrado o mais grave deslize cometido pelo relator Bernardo Cabral. Ao compatibilizar os textos aprovados pelas Comissões ele optou pelo sistema do voto distrital misto, aprovado apenas por uma das Comissões, desprezando o princípio do voto proporcional, que havia sido aprovado em duas Comissões. Ao fazer isso, o relator teve um comportamento no mínimo questionável, manifestando sua posição pessoal sobre um assunto altamente polêmico.



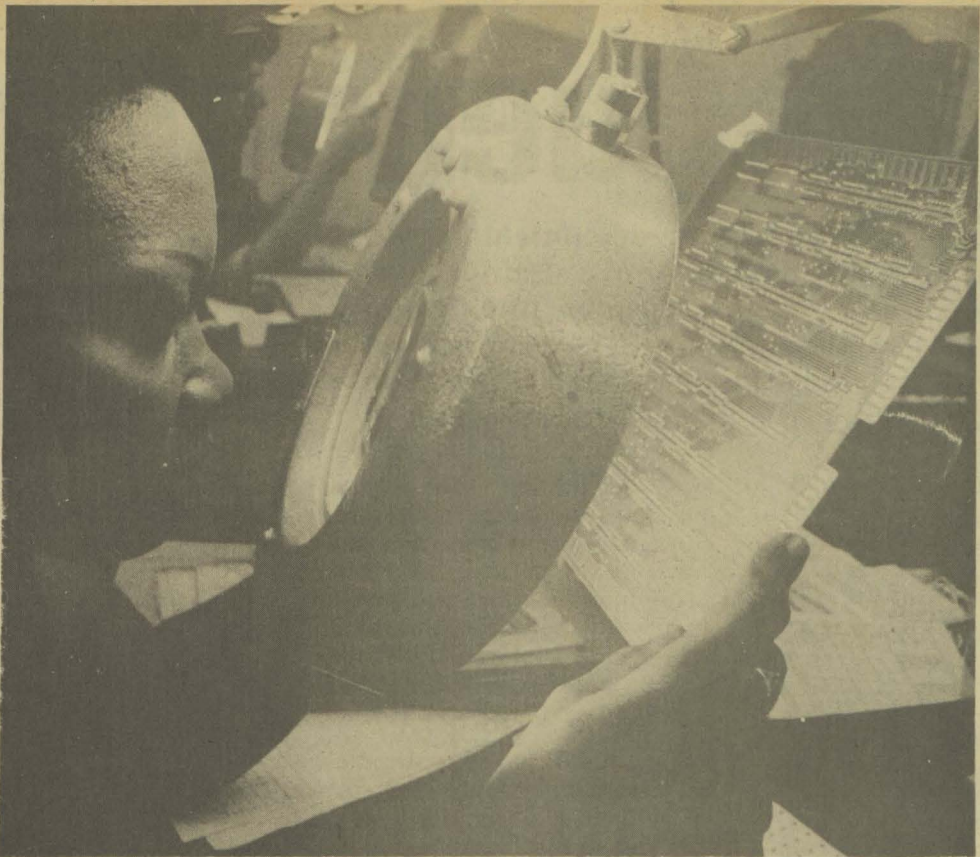
O resultado da chamada "compatibilização" de Cabral deu em nada

Nas questões sociais e dos direitos individuais, o anteprojeto mantém os aspectos positivos aprovados nas Comissões, como a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas de trabalho, embora abra uma perigosa brecha para o pluralismo sindical, ao admitir a hipótese de mais de um sindicato querer representar a mesma categoria. Em relação aos direitos individuais, o anteprojeto contempla alguns avanços significativos, como a definição do conceito de excesso de lucro, a proibição do corte do fornecimento de serviços públicos por falta de pagamento, a definição de que a tortura é crime inafiançável, imprescritível e não passível de anistia, a manutenção da anistia ampla, geral e irrestrita a todos os punidos pelo regime militar e o estabelecimento da definição de que todos os atos de exceção praticados pelos governos militares são suscetíveis de apreciação judicial.

O Partido Comunista do Brasil, através do seu líder na Constituinte, Haroldo Lima, apresentou 42 emendas à Comissão de Sistematização com o objetivo de corrigir algumas dessas distorções do anteprojeto, mesmo com a limitação regimental de que, nessa fase, só são admitidas emendas com base nos dispositivos aprovados pelas Comissões. A batalha agora se concentra na Comissão de Sistematização. No próximo dia 10 de julho o anteprojeto do relator, com parecer sobre as emendas apresentadas, será votado pela Comissão e no dia 15 de julho, após a votação de sua redação final, o anteprojeto será remetido para apreciação, discussão, emendas e votação pelo plenário da Constituinte.

Aí então estará sendo decidida a futura Constituição do país, através do voto dos 559 constituintes. Nessa etapa decisiva, a mobilização popular é fundamental para pressionar os constituintes a votarem propostas que efetivamente levem o país em direção das mudanças desejadas pela maioria do povo brasileiro.

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)



O projeto só interessa aos que querem acabar com a reserva na indústria de computadores

## INFORMÁTICA

# Um golpe rasteiro

Mais um golpe baixo foi aplicado contra a reserva de mercado para a informática. A traição foi realizada através da aprovação, por voto de lideranças na Câmara Federal, do substitutivo do deputado Pimenta da Veiga, do PMDB, ao projeto de lei do governo que fixa as regras de proteção jurídica e comercialização dos programas de computadores (software). Os democratas tentarão barrar o projeto no Senado.

Entre outras coisas, estabelece-se a garantia de direito

autoral para software. Isso significa que a partir de agora cada usuário brasileiro terá que indenizar as empresas estrangeiras que produzem programas para computadores cada vez que se utiliza destes programas.

No seu artigo 1º a legislação dispõe que "são livres, no país, a produção e a comercialização de programas para computadores", buscando colocar um ponto final na polêmica sobre inclusão do software na reserva de mercado. Também permite a criação de empresas associa-

das nacionais e estrangeiras (joint-ventures) para explorar o setor.

A pressa, e a manobra na Câmara Federal, explicam-se unicamente pela pressão do governo dos Estados Unidos, que anunciou a suspensão de parte da ação contra a política brasileira de informática graças ao projeto que "representa um gesto de boa fé e atende adequadamente as preocupações dos EUA", segundo comunicado divulgado pela Casa Branca.

## PARTIDO DOS TRABALHADORES

# A adesão de empresários

No último dia 30, concretizou-se a eleição do novo conselho de finanças do Partido dos Trabalhadores - PT - em São Paulo. Seria um acontecimento da vida partidária não fosse o fato de que os principais responsáveis pelo conselho são empresários do porte de Lawrence Pih, que comanda o Moinho Pacifico e mais três empresas de finanças, engenharia e imóveis com um patrimônio de 1 bilhão de cruzados, Adhemar Gianini, acionista de três empresas que empregam cerca de 1,8 mil operários, Jacques Breyton, da Telen Equipamentos de Iluminação, Júlio Albertoni, acionista de empresas de informática, entre outros. O vice-presidente do Conselho, Adhemar Gianini, ouviu pela Tribuna Operária, argumenta que "até agora a área de finanças do PT vinha sendo tocada de forma empírica, desorganizada. Com a nova equipe, ela poderá se profissionalizar com sugestões de profissionais liberais, empresários de pequenas e médias empresas mas sem poderes de interferir na linha programática do partido". Já Lawrence Pih, perguntado sobre a iniciativa dos empresários apoiarem

um partido de trabalhadores, declarou que "a única saída para o Brasil passa por uma aproximação direta entre empresários e trabalhadores, que em última análise têm interesses convergentes. O PT é uma boa promessa nesse sentido porque tem líderes autênticos (...) e está mais maduro, mais ameno no discurso e também na prática política".

A experiência histórica de organização política dos trabalhadores aponta para uma correspondência muito íntima entre as condições materiais de vida e as idéias políticas das classes sociais. Por mais consultivas que sejam as funções de uma comissão de finanças, como esta ora implantada pelo PT, seria ingenuidade supor que empresários fiquem alheios aos rumos e condutas políticas de uma organização que financiem. Tanto é verdade, que as declarações públicas destes homens de empresa, reunidos na semana passada na casa de Adhemar Gianini, no elegante bairro do Morumbi, são no sentido de reconhecer o abandono do discurso mais radical dentro do partido.

Breyton, Gianini e Pih consi-



Lawrence Pih: "PT mais ameno"

deram ainda pequeno o número de empresários engajados no PT. Mas segundo declarações de Lawrence Pih a um jornal que é porta-voz dos empresários paulistas, a Gazeta Mercantil, "este é um trabalho de base, que certamente vai acabar gerando conflitos nas entidades de classe empresarial já estratificadas, fisiológicas e que só atendem aos interesses de meia dúzia de empresários".

Resta a pergunta: quem cuidará dos interesses dos trabalhadores abrigados no PT?

## LISTA NEGRA DOS TRAIDORES

# Veja aqui os deputados que votaram contra o povo

A Tribuna Operária publica a relação completa dos constituintes que votaram contra o povo brasileiro nas Comissões Temáticas da Constituinte, entre os dias 19 e 21 de junho. Denuncie os traidores em praça pública, colocando seus nomes em painéis. Aqui estão eles.

**Votaram a favor da intervenção dos militares na política interna:**

Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), Heráclito Fortes (PMDB-PI), Olavo Pires (PMDB-RO), Prisco Vianna (PMDB-BA), Tito Costa (PMDB-SP), Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), Alcécio Dias (PFL-AC), Ftevaldo Nogueira (PFL-CE), Ezio Ferreira (PFL-AM), Horácio Ferraz (PFL-PI), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Ricardo Izar (PFL-SP), Sadie Hauache (PFL-AM), Saulo Queiroz (PFL-MS), Artenir Werner (PDS-SC), Jarbas Passarinho (PDS-PA), Telmo Kirst (PDS-RS), Carlos Virgílio (PDS-CE), Francisco Rossi (PTB-SP), Otomar Pinto (PTB-RR), Nilson Gibson (PMDB-PE), Saldanha Derzi (PMDB-MS), Jorge Viana (PMDB-BA), Geraldo Fleming (PMDB-AC), Cardoso Alves (PMDB-SP), Gerson Câmara (PMDB-ES), Aloísio Chaves

(PFL-PA), Paulo Pimentel (PFL-PR), Dionísio Hage (PFL-PA), Carlos Chiarelli (PFL-RS).

**Votaram contra o ensino público e contra a democratização das concessões de canais de rádio e TV:**

Marcondes Gadelha (PFL-PB), José Elias (PTB-MS), Oswaldo Sobrinho (PMDB-MT), Aécio de Borba (PDS-CE), Agripino Lima (PFL-SP), Alvaro Valle (PFL-RJ), Ângelo Magalhães (PFL-BA), Antonio de Jesus (PMDB-GO), Arnold Fioravante (PDS-SP), Átila Lira (PFL-PI), Bezerra de Melo (PMDB-CE), Cláudio Avila (PFL-SC), Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), Dionísio Hage



Delfim: com o capital estrangeiro

(PFL-PA), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Erlando Tinoco (PFL-BA), Ervin Bonkoski (PMDB-PR), Eunice Michiles (PMDB-AM), Fausto Rocha (PFL-SP), Francisco Diógenes (PDS-AC), Iherê Ferreira (PFL-RN), João Calmon (PMDB-ES), João de Deus (PDT-RS), José Carlos Martinez (PMDB-PR), José Moura (PFL-PE), Matheus Iensen (PMDB-PR), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Onofre Correa (PMDB-MA), Paulo Marques (PFL-PE), Rita Furtado (PFL-RO), Roberto Augusto (PTB-RJ), Roberto Vital (PMDB-MG), Luis Eduardo (PFL-BA), Renato Johnsson (PMDB-PR), Rodrigues Palma (PMDB-MT), Ruberval Piloto (PDS-CE), Vingt Rosado (PMDB-RN).

**Votaram a favor do voto distrital misto:**

Antonio Brito (PMDB-RS), Arnaldo Martins (PMDB-RO), Euclides Scaldo (PMDB-PR), Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), Hélio Rosas (PMDB-SP), Hiran Saraiva (PMDB-GO), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), José Melo (PMDB-AC), Luiz Soyler (PMDB-PR), Osmir Lima (PMDB-AC), Prisco Vianna (PMDB-BA), Tito Costa (PMDB-SP), Roberto Brandt (PMDB-MG), Robson Marinho (PMDB-SP), Rosalide Neto (PMDB-RS), Ezio Ferreira (PFL-AM), José Agripino (PFL-RN), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Sadie Hauache (PFL-AM), Jarbas Passarinho (PDS-PA), Telmo Kirst (PDS-RS), Aírton Cordeiro (PDT-PR),



Afif: com os latifundiários

César Maia (PDT-RJ), Francisco Rossi (PTB-SP), Otomar Pinto (PTB-RR), Nilson Gibson (PMDB-PE), José Freire (PMDB-GO), Walter Pereira (PMDB-RS), Saldanha Derzi (PMDB-MS), José Ulysses (PMDB-MG), Alfredo Campos (PMDB-MG), Francisco Beniamim (PFL-BA), Paulo Pimentel (PFL-PR), Konder Reis (PDS-SC), Olavo Pires (PMDB-RO).

**Votaram contra a reforma agrária e a favor das multinacionais:**

Albano Franco (PMDB-SE), Antonio Carlos Franco (PMDB-SE), Cardoso Alves (PMDB-SP), Gerson Marcondes (PMDB-SP), Gidel Dantas (PMDB-CE), Gil César (PMDB-MG), Gustavo de Faria (PMDB-RJ), Jorge Viana (PMDB-MG), Nyder Barbosa (PMDB-ES), Paulo Zarzur (PMDB-SP), Saldanha Derzi (PMDB-

MS), Renato Johnsson (PMDB-PR), Rosa Prata (PMDB-MG), Sérgio Naya (PMDB-MG), Alysson Paulinelli (PFL-MG), Antonio Ueno (PFL-PR), Assis Canuto (PFL-RO), Edison Lobão (PFL-MA), Gilson Machado (PFL-PE), Jalles Fontoura (PFL-GO), Jonas Pinheiro (PFL-MT), José Lins (PFL-CE), Lael Varella (PFL-MG), Luiz Marques (PFL-CE), Maluly Neto (PFL-SP), Manoel Castro (PFL-BA), Rubens Medina (PFL-RJ), Victor Fontana, (PFL-SC), Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-MT), Virgílio Galassi (PDS-MG), José Egreja (PTB-SP), Afif Domingos (PL-SP), Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), Denisar Arneiro (PMDB-RJ), Irapuan Costa Junior (PMDB-GO), José Ulysses (PMDB-MG), Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), Marcondes Lima (PMDB-MG).



Cardoso Alves: contra os militares

**Votaram a favor do mandato de 5 anos:**

Agassis Almeida (PMDB-PR), Albérico Filho (PMDB-MA), Alexandre Costa (PFL-MA), Aloysio Teixeira (PMDB-RJ), Alvaro Antonio (PMDB-MG), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Carlos Vinagre (PMDB-PA), César Cals Neto (PDS-CE), Dalton Canabrava (PMDB-MG), Enoc Vieira (PFL-MA), Erico Pegoraro (PFL-RS), Expedito Machado (PMDB-CE), Francisco Amaral (PMDB-SP), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Hélio Manhães (PMDB-ES), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Hugo Napoleão (PFL-PI), Humberto Souto (PFL-MG), Jairo Carneiro (PFL-PA), Jesualdo Cavalcanti (PFL-PI), Jorge Leite (PMDB-RJ), José Costa (PMDB-AL), José Jorge (PFL-PE), Leite Chaves (PMDB-PR), Leopoldo Bessone (PMDB-MG), Leopoldo Perez (PMDB-AM), Leur Lomanto (PFL-BA), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Manoel Ribeiro (PMDB-PA), Maurício Pádua (PMDB-MG), Michel Temer (PMDB-SP), Oscar Correa (PFL-MG), Paes Landim (PFL-PI), Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), Plínio Martins (PMDB-MS), Ronaro Correa (PFL-MG), Rubem Branquinho (PMDB-AC), Silvio Abreu (PMDB-MG), Victor Faccioni (PDS-RS), Vinicius Cansanção (PFL-AL), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Marluce Moreira Pinto (PMDB-RS), Moisés Gomes (PMDB-RS).



## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## A super-pedra subversiva

Uma pedra ameaça as instituições. É incrível. Nenhum cientista social tinha pensado nisto até hoje. Alguns já disseram que os que "agrediram" Sarney foram os mesmos que promoveram o "badernaço" em Brasília. Esta conclusão fica prejudicada porque o SNI até hoje não revelou quem promoveu os tumultos na capital federal. Se foram as mesmas pessoas, fica evidente a decadência dos serviços de informação - antes eles tinham várias equipes para fazer estes serviços de provocação.

## FRACASSO BURGÊS

Tirando o lado ridículo da situação, o que se extrai como saldo principal é a completa incapacidade da burguesia de inovar. A tentativa da Nova República de realizar um projeto de certa forma com alguma independência em relação ao capital estrangeiro fracassou no nascedouro. O Plano Nacional de Reforma Agrária não chegou a dar os primeiros passos. A volta ao receituário do FMI na questão da política econômica foi vergonhosa. O arrocho salarial não fica a dever nada aos planos aplicados por Delfim Netto. E agora, para completar, assiste-se à retomada da temática preferida dos militares: a ameaça subversiva e, como corolário indispensável, o apelo à lei fascista de segurança nacional.

Quanto às vaías, são legítimas e oportunas. O presidente deve se acostumar a elas. E para cessar este incômodo, S. Excia deveria concordar em realizar eleições rapidamente, após a promulgação da Constituinte. As pedras, pode-se até admitir que algumas tenham partido de pessoas exaltadas, que não mediram as suas emoções. Mas tudo indica que não. Parece tanto com uma provocação que deve ter sido mesmo. A tal ponto que o presidente nem se afastou da janela quando o vidro foi quebrado - devia saber que a primeira parte do plano estava cumprida. Mas de qualquer forma, nem pedras nem vaías ameaçam a segurança nacional, no máximo poderiam ferir a vaidade de um homem que não soube interpretar a vontade do povo e preferiu se juntar à reação e ao imperialismo.

## AMEAÇA À NAÇÃO

Mas a Lei de Segurança Nacional, esta sim, ameaça não uma ou algumas pessoas. É a consagração de uma concepção anti-nacional e anti-povo, que coloca todos os cidadãos comuns como suspeitos permanentes - são os "inimigos internos". A partir daí vale a espionagem da vida privada de cada um, vale a censura aos meios de comunicação e informação, vale a intervenção em sindicatos, o fechamento de partidos e entidades democráticas, vale a prisão indiscriminada "para averiguações" e, a prática provou isto em 21 anos de ditadura militar, vale a tortura para dobrar o opositor.

O governo Sarney demonstra desta forma sua guinada radical para a direita. Utiliza-se inclusive abertamente do sistema repressivo herdado do regime militar. Já vem usando e abusando dos serviços do SNI e da Polícia Federal, instituições comprometidas até o pescoço com a tortura, com a corrupção e com o assassinato de democratas e agora a LSN. O delegado Romeu Tuma inclusive já se apressou a declarar necessário que a Constituinte mantenha esta lei.

## OUTRO SISTEMA

A impossibilidade das classes dominantes de resolverem os problemas levam-nas à uma lógica repressiva. A fonte dos problemas é a rebeldia popular, dizem elas. Por outro lado, o povo, diante desta ofensiva desatinada, é empurrado para a lógica revolucionária: é preciso organizar o descontentamento das massas e construir uma alternativa de poder. (Rogério Lustosa)

## INFLAÇÃO II

## O arrocho dos salários

Quando a inflação atinge um patamar politicamente explosivo, a burguesia coloca em prática seus planos para controlá-los. E deixa claro que só admite um caminho neste sentido: o que preserve integralmente seus interesses e implique, por esta razão, no arrocho dos salários. É o que sucede nos chamados "choques heterodoxos", como veremos.

Como vimos no número anterior deste jornal, os economistas burgueses autointitulados de heterodoxos lançaram mão de uma outra interpretação para o fenômeno inflacionário, distinta da adotada pelos ideólogos convencionais (ou ortodoxos) do capital.

Nesta linha, trataram de se afastar da visão que explica a inflação como resultado exclusivo de desequilíbrios monetários, sem maiores vínculos com o processo produtivo. Concluíram que a desvalorização do dinheiro denuncia perturbações muito mais agudas, sendo mero reflexo de uma luta feroz entre as classes e frações de classes em torno da apropriação das riquezas produzidas na sociedade.

Alguns teóricos heterodoxos admitem que, na atualidade, a inflação é causada basicamente pela conduta dos monopólios, orientada com o objetivo de manter ou ampliar seus lucros. As leis de mercado (ou da concorrência) não possuem um papel preponderante no processo de formação de preços das grandes empresas. Essas têm razoável autonomia, e controle, sobre a oferta e procura de suas mercadorias e, consequentemente, podem administrar seus preços em função de uma taxa de lucro considerada satisfatória.

As flutuações na quantidade de moeda em circulação, assim como o déficit público, passaram a ser analisados como efeito das pressões e contrapressões das classes e grupos sociais sobre o Estado para preservar ou aumentar a participação relativa a cada um no produto econômico. Os valores do monetarismo ortodoxo são invertidos, de forma que o que era causa passa a ser simples consequência e vice-versa.

O fundamental é o movimento destinado a alterar a distribuição de renda previamente existente, coisa que a inflação, de fato, termina por produzir: a desvalorização da moeda conduz a uma contradição flagrante e crescente entre valores nominais e reais das mercadorias, que oscilam de maneira desigual no tempo e em intensidade. Alguns preços são remarcados com velocidade e percentuais maiores que outros e este processo redistribui as riquezas, regra geral a favor dos grandes grupos.

Os salários reais, como todos sabem, são arrochados pela alta dos preços (o ex-ministro Delfim Netto, em cínica justificativa do fenômeno durante uma conversa com sindicalistas, afirmou que a inflação tinha a virtude de corrigir os acordos coletivos firmados entre patrões e empregados, anulando possíveis ganhos arrancados pelos trabalhadores durante a negociação com os capitalistas).

## Muda a distribuição das riquezas

Também perdem quase todos os pequenos e médios empresários (tanto os do campo quanto os da cidade), devido às dificuldades para remarcar seus preços de acordo com a frequência e os índices impostos pelos monopólios. Mudam, assim, as relações reciprocas entre os valores das diferentes mercadorias (inclusive mão-de-obra), ou os chamados preços relativos, que passam a expressar uma nova posição das várias classes e grupos sociais na distribuição.

Há, em primeiro lugar, uma modificação na relação entre salários e lucros, com a diminuição dos rendimentos dos trabalhadores e o aumento dos lucros dos capitalistas. E, em segundo, no interior da própria burguesia redireciona-se a renda em benefício dos mais poderosos.

Contudo, se a inflação, por um lado, expressa os interesses do grande capital, de aumentar seus lucros, ela é, por outro, perigosa e prejudicial ao acirrar a luta de classes (inclusive as brigas intestinas da própria burguesia) e anarquizar ainda mais a produção, entre outras consequências não muito desejáveis.

Por isto, torna-se necessária, mesmo ao governo da burguesia,



uma política de combate à inflação. Quando opositorista, o atual ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ironizava o modo descarado com que as classes dominantes tratam a questão, acentuando: "É significativo que nesses momentos verifica-se uma curiosa inversão. A inflação é basicamente um instrumento para que capitalistas e tecnoburocratas reduzam os salários dos trabalhadores. A versão oficial, entretanto, é outra. Os aumentos salariais são considerados como causadores da inflação. E o controle administrativo dos salários e dos baixos ordenados pelo Estado é definido como a forma por excelência de combater a inflação".

## O ministro hoje fala como um Delfim Netto

É também "significativo", para usar a mesma expressão do senhor Bresser, que ele agora, no governo, representando os interesses dos grandes capitalistas, repita o mesmo procedimento que criticava durante o regime militar. Busca confiscar aos trabalhadores o direito ao gatilho referente à inflação de junho sob o pretexto de que a reposição de perdas provocará uma corrida explosiva dos

preços.

Apesar de divergirem quanto ao diagnóstico, quando se trata de aplicar uma política antiinflacionária as receitas dos economistas burgueses ortodoxos e heterodoxos não se contradizem no fundamental. Identificam-se plenamente quanto ao compromisso de classe, prevendo a manutenção dos altos lucros obtidos pelos capitalistas e a consolidação do arrocho salarial provocado pela desvalorização da moeda.

Ultimamente, a orientação dos chamados heterodoxos vem deixando o ambiente puramente acadêmico e se transformando em teoria oficial, tendo sido adotada, por exemplo, na Argentina, em Israel e no Brasil, países que aplicaram recentemente em suas economias os chamados "choques heterodoxos".

Partindo da observação de que a inflação é um conflito entre classes distintas, que resulta na alteração do quadro anterior de distribuição da renda, elevando a um novo patamar a taxa de lucros através do arrocho salarial, os heterodoxos concluem que o combate à inflação não é muito difícil. Teoricamente, bastaria oficializar as mudanças promovidas pela desvalorização da moeda (no processo de apropriação da

renda) através de um "choque" que anule a contradição entre valores reais e nominais dos diversos bens e mercadorias. Isto seria possível convertendo todos os preços aos seus valores reais médios.

## Os lucros do capital são preservados

Desta forma, os salários, por exemplo, devem ser reajustados não segundo o índice integral da inflação, mas pelo seu poder de compra médio, consolidando as perdas que vinham sendo impostas pelo processo inflacionário. Foi isto que ocorreu com o Cruzado I, quando o salário real médio de quem tinha reajustes semestrais valiam apenas 77,41% do chamado "valor de pico" (poder de compra no momento do último reajuste).

A promessa da burguesia é de que a inflação cessará - mesmo porque sua motivação básica, a elevação da taxa de lucro, haveria sido oficializada -, mas o que tem mesmo ocorrido é que o "valor médio dos salários" passa a ser um novo "valor de pico", sofrendo os efeitos corrosivos da inflação futura. No caso do Brasil, o plano Bresser implanta um arrocho brutal sobre os salários médios de março do ano passado, quando foi instituído o Cruzado I. Segundo estudo do Dieese, "os 2.701 milhões de trabalhadores com data-base em outubro tiveram reajustes salariais, de março '86 a março '87, de 124,34%. No mesmo período, o custo de vida do Dieese subiu 301,15%. A diferença entre os reajustes salariais recebidos e a elevação do custo de vida, implica numa perda de 43,01% neste caso".

O plano dos economistas heterodoxos de combate à inflação, como se vê, parte de um pressuposto básico: a alteração da relação entre lucros e salários, ou seja, o aumento da taxa de lucro e o arrocho salarial têm de ser preservados e reproduzidos. Os efeitos da alta dos preços são legítimos, ganham ares de legalidade e devem ser perenizados. Caso contrário, não seria possível combater a inflação.

O senhor Bresser Pereira costuma dizer que reajustar a remuneração da força de trabalho segundo "o índice da inflação passada" (ou seja, conceder o gatilho de julho e repor as perdas provocadas desde março do ano passado) seria uma "burrice", pois logo os preços voltariam a disparar.

Não se cogita, em hipótese alguma, de combater a inflação às custas dos ricos, estacando a sangria de recursos para o exterior (feita com o único propósito de pagar a dívida externa) e taxando os lucros extraordinários dos grandes capitalistas. Isto não consta da cartilha dos economistas a serviço da burguesia, sejam ortodoxos ou heterodoxos.

## Como fracassou o Cruzado I

Os programas de estabilização, colocados em prática em vários países, com base nas idéias dos economistas heterodoxos, não estão logrando muito êxito no combate à inflação. Os motivos são muitos.

Bastante ilustrativa é a experiência do denominado Plano Cruzado I, quando se tentou eliminar a alta dos preços reajustando os valores das mercadorias e dos serviços com base na média dos seis meses anteriores a março de 1986, o que terminou num retumbante fracasso.

A inflação vinha repetindo um índice praticamente constante desde 1983, quando havia ultrapassado a casa dos 200%. Os economistas heterodoxos argumentavam que ela havia se transformado numa "inflação inercial", não tendia a crescer nem a cair. Os preços subiam, então, basicamente por "inércia" como resultado do movimento dos diferentes grupos no sentido de manter sua participação na renda. Ou seja, não haveria nem mesmo uma pressão muito grande para alterar a distribuição do produto, que teria chegado a um razoável equilíbrio.

Supunha-se, portanto, que as relações entre os preços das mercadorias (os preços relativos) não estivessem muito desarmadas. Acreditava-se, por tudo isto, que um "choque heterodoxo" teria grandes chances de sucesso. O governo, por seu turno, acreditava por algo parecido com um "milagre" para recuperar a credibilidade que vinha perdendo dia a dia e

enfrentar as eleições de 15 de novembro de 1986.

Mas o Plano Cruzado I expressava ambições maiores. Ele espelhou o projeto original da grande burguesia brasileira, que passou a ter uma presença hegemônica sobre o aparelho de Estado com o advento da Nova República. Neste sentido, contemplava prioritariamente os interesses deste segmento das classes dominantes no que tange à apropriação do excedente econômico.

## PROJETO TRAÍDO

O Cruzado I impunha alguns tímidos limites aos lucros de certos monopólios dominados pelo capital estrangeiro e, ao lado disto, previa um moderado crescimento do mercado interno. Ou seja, representava uma certa resistência aos interesses imperialistas.

A luta de classes que acompanhou o Plano Cruzado I expôs com uma formidável clareza os diferentes interesses que estavam se chocando. Por um lado, os trabalhadores, sem renunciar à luta pela reposição das perdas salariais, abraçaram com unhas e dentes o congelamento dos preços como meio de deter a ofensiva capitalista para elevar lucros.

Do outro, insatisfeitos com a taxa de lucro que o plano prometia estabelecer para os diversos setores, os monopólios estrangeiros desencadearam uma guerra de quartel contra o congelamento. Contaram, para esta finalidade, com a ajuda de grandes capitalistas brasileiros e sobretudo, dos latifundiários.

rios. A indústria farmacêutica praticou um criminoso boicote ao fornecimento de remédios; a indústria automobilística sabotou a produção de carros; cresceram as remessas de lucros ao exterior e a repatriação de capitais; empresários nacionais como Antônio Ermírio e Abílio Diniz passaram a desobedecer descaradamente a lei do congelamento; os latifundiários confinaram os bois no campo, especulando com os preços da carne; o ágio se generalizou.

Em pouco tempo, estava implantada a "desobediência civil" pregada pelo líder da Fiesp, Mário Amato. Ficou patente que a responsabilidade pelo fracasso do congelamento cabia exclusivamente aos capitalistas.

O governo, contudo, não teve coragem para enfrentar os poderosos que desobedeciam a lei, nem dignidade suficiente para levar à frente o seu próprio (e tímido) projeto. Desprezou o apoio do povo ao congelamento, que só manteve, artificialmente, até as eleições de 15 de novembro, com a única finalidade de iludir o eleitorado. E caminhou de cedência em cedência aos interesses do imperialismo e dos latifundiários. A marca de sua capitulação traiçoeira foi o Cruzado 2, editado logo após as eleições - uma punhalada nas costas do eleitorado, que havia votado pelo Cruzado I. Com o plano Bresser, a guinada é ainda maior e os ajustes são feitos claramente com o propósito de atender aos interesses dos banqueiros estrangeiros.

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## DE OLHO NO LANCE

## Direita volver!

O ministro Bresser Pereira, da Fazenda, tentou justificar a sua posição contra o gatilho salarial. Na exposição que fez à Câmara dos Deputados, o ministro disse que a escala móvel não se revelou capaz de manter o poder aquisitivo dos trabalhadores. E, ao mesmo tempo, "descobriu" que o gatilho é inflacionário.

Ele não foi capaz de reconhecer que a forma com que o gatilho foi regulamentado representava uma tentativa deliberada de promover reajustes menores do que a inflação. Mas, com a segunda afirmação ele mostrou que na verdade o gatilho foi extinto porque a burguesia ainda considerou que os reajustes estavam muito altos.

Para culminar, com o maior cinismo, o ministro justificou a sua atitude, que é contra o programa do PMDB, dizendo que "este programa foi escrito quando o partido não era governo" (A plataforma peemedebista defende a escala móvel sempre que a inflação chegar a 10%). Em outras palavras, Bresser confessa que o PMDB esgotou a sua capacidade democrática e, como representante da burguesia, adota uma posição reacionária, antipovo. Talvez esta seja a mesma desculpa a ser usada pelo sr. Ulysses Guimarães que agora defende a Lei de Segurança Nacional.



METALÚRGICOS SP

# Os fatores da derrota

Terminada a apuração e proclamado o resultado das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, saiu vitoriosa a Chapa 1. No fundo, isto representa um grande retrocesso no maior e mais importante sindicato do país. Significa a continuidade na direção sindical de um grupo de dirigentes ali encastelado há mais de 20 anos.

Ainda não foi desta vez que a direção da entidade passou para as mãos de lideranças mais avançadas, realmente comprometidas com um sindicalismo livre e autônomo do governo e dos patrões e engajadas na luta pela independência e soberania nacional, bem como por mudanças sociais profundas em nosso país.

Por que isso aconteceu? Quais as causas determinantes dessa derrota? Neste momento de avaliação, é preciso examinar em profundidade e responder com coragem a estas questões. Só assim será possível se capacitar para as próximas batalhas.

## A oposição entrou na luta dividida

Três causas fundamentais se destacam como determinantes ao resultado:

- 1) A oposição ao núcleo atrasado da atual diretoria se apresentou dividida nas Chapas 2 e 3. Apesar da exaustiva argumentação política desenvol-

vida para demonstrar a importância da articulação de uma chapa unitária e combativa, não se conseguiu sensibilizar setores sindicais sectários e exclusivistas para esta justa proposta. Um agrupamento cutista, intitulado Mosmsp, preferiu dividir a oposição e formar uma chapa "pura". Contou para isso com a cumplicidade, vacilação e inconseqüência dos dirigentes formais da central cutista.

A grande responsável por esta divisão, na verdade, foi a CUT. Sua alta direção, mesmo dizendo-se a favor de uma articulação unitária, vacilou durante todo o processo. E, no momento decisivo, preferiu apostar na formação da chapa da CUT. Prevaleceu para esta central sua concepção exclusivista e sectária da luta sindical. Uma compreensão que tem como fulcro reduzir o sindicalismo aos segmentos mais esclarecidos da massa e ver o sindicato como um partido político. Miópe, a CUT foi incapaz de fazer uma avaliação objetiva da conjuntura política que vivemos, da correlação de forças existente na base. Por isso, não buscou com seriedade as alianças necessárias.

Assim, ao dividirem a oposição lançando uma chapa própria, deram na realidade a vitória à Chapa 1. É, sem dúvida, a CUT a principal responsável pela derrota da oposição e pela vitória dos pelegos, tendo sido um "valioso aliado" destes.

- 2) A própria Chapa 2 não conseguiu viabilizar a proposta

original de formar um bloco sindical mais avançado, que, independente das siglas CGT e CUT e com base no trabalho de fábrica, pudesse unificar toda a oposição, a parte avançada e reciclada da atual diretoria e as lideranças expressivas das comissões de fábricas e da categoria no geral.

## Os desvios da própria Chapa 2

Durante o processo de sua formação e ao longo da campanha, várias tendências equivocadas se manifestaram. Certos integrantes, acalentando a idéia da vitória fácil, não se preocuparam em montar uma chapa ampla, capaz de realmente ganhar as eleições. Na prática, preferiram garantir espaços para seus grupos e a futura hegemonia na direção do sindicato.

Numa visão exclusivista, procuraram alijar da articulação lideranças operárias com reconhecida penetração na categoria só porque não faziam parte de seus "esquemas". Nesse processo, foi flagrante também o anticomunismo que impregnou as negociações da chapa. Isto ficou explicitado no veto de cunho ideológico injustificável ao nome de Aurélio Peres, reconhecido líder metalúrgico e membro do PC do B, bem como na constante tentativa de atribuir aos comunistas do PC do B postos secundários na articulação e coordenação da campanha.

Predominou nesses setores uma concepção idealista do pleito, com base numa visão triunfalista, do "já ganhou", e na falsa idéia de que sua direção era amplamente reconhecida no conjunto da categoria. Com pouca humildade, ficaram desatentos à dispersão do colégio eleitoral. Não procuraram, nem ao menos, equilibrar a distribuição dos cargos da chapa pelas grandes fábricas. Só a Ford-Ipiranga concentrou três postos-chaves na chapa, marginalizando outras lideranças da base.

Também houve uma forte dose de subjetivismo desses setores na avaliação da disputa. Estes não souberam precisar o real sentimento dos sindicalizados frente ao sindicato. Por isso, durante a campanha não foi ressaltado o papel desempenhado pelos 11 diretores que racharam com a diretoria e compuseram a chapa de atuação, como as urnas comprovaram.

Permeando todos esses equívocos, estes setores centralizaram em demasia a campanha. Dirigiram-na através de um pequeno grupo, que, na maio-

ria das vezes, atuou com grande sectarismo e deu ritmo frrouxo e mesmo irresponsável à disputa eleitoral. Isso ficou patente no descuido com a qualidade dos materiais de propaganda e nos preparativos do pleito.

Por tudo isso, e muito mais, é certo afirmar que a própria Chapa 2 contribuiu para a sua derrota. Ela não aproveitou todo seu potencial.

## A grande força da máquina sindical

- 3) Por último, mas não de menor importância, o peso da máquina sindical foi outro fator determinante da derrota. A Chapa 1 foi beneficiada pela existência de um processo eleitoral viciado, pela interferência aberta dos órgãos governamentais e a visível ajuda do patronato.

Nas condições atuais da legislação e do atrelamento dos sindicatos ao governo, as eleições sindicais são, por definição, antidemocráticas - salvo raríssimas exceções. Os poderes que o presidente do sindicato tem para organizar o pleito (definir roteiro das urnas, manipular lista de votantes, etc.) dão de saída uma grande vantagem para a situação. Isto ficou comprovado mais uma vez. A Chapa 1 conseguiu atingir todos os votantes, enquanto a oposição trabalhou meio no escuro. Só através do sistema de "mala direta", a situação enviou no mínimo cinco correspondências a cada eleitor.

A interferência dos poderes públicos e do patronato também se fez presente de forma ostensiva. Ministério do Trabalho, polícia, órgãos de informação, Fiesp, gerentes de RI (Relações Industriais), jogaram pesado para que a Chapa 1 ganhasse. Um exemplo gritante pode ser pinçado numa das inúmeras escaramuças jurídicas ocorridas no pleito. Para aprovar uma liminar a favor da situação, um ministro do Superior Tribunal do Trabalho foi substituído às pressas por um suplente em pleno domingo à noite. O despacho do substituto ocorreu na madrugada de uma segunda-feira, surpreendendo todos os que disputavam o pleito.

Com tamanha força, a "máquina sindical" é um fator fundamental a ser considerado no resultado das urnas. Subestimá-la, não considerá-la adequadamente, é cair num grande erro numa disputa eleitoral.

## Uma avaliação com base na realidade

Pela magnitude, importância e complexidade da disputa no Sindicato dos Metalúrgicos, evidentemente outros fatores contribuíram para o resultado final. Consideramos, entretanto, que os três acima apontados foram os elementos básicos que determinaram a vitória da Chapa 1.

Aos ativistas e militantes que se empenharam nessa batalha resta avaliar criteriosamente suas estratégias e táticas. Sua referência central deve ser a situação real da categoria como um todo e a relação desta com o seu sindicato. Só assim aprenderemos com a experiência. Só assim traçaremos rumos justos para a atuação futura.

(Ronald Freitas)

## PROFESSORES GAÚCHOS

### Diálogo de Simon é a repressão

Os professores estaduais do Rio Grande do Sul estão em greve desde o dia 10 de abril. Eles reivindicam um piso salarial de 2,5 salários mínimos, mas a resposta do governador Pedro Simon tem sido repressão e demissão. No dia 28 de junho, ele ordenou que os professores retornassem às aulas, mas os poucos alunos que foram até os colégios não encontraram quem lhes desse aula e a greve continuou.

O governo, em represália,



A passeata em São Bernardo: condenação da política de recessão

## DESEMPREGO I

### Protesto massivo

O dia 1º de julho foi agitado. Protestos contra o desemprego ocorreram na capital de São Paulo, em São Bernardo do Campo, Santo André, no Rio de Janeiro, em Curitiba e Londrina.

A manifestação maior foi em São Bernardo do Campo. Fala-se em até 20 mil o número de operários e populares que realizaram passeata e comício contra a recessão e em protesto pelas 4.642 demissões na Volks e Ford. (veja matéria na página 8).

No Rio de Janeiro, a passeata da Candelária à Cinelândia aglomerou milhares de manifestantes que exigiam: "Fora Sarney, queremos diretas", "Abaixo o arrocho salarial", "Contra Sarney e a dívida".

Em São Paulo, o ato ocorreu logo após a reunião de 350 dirigentes sindicais, representando dez federações e 229 sindicatos ligados à CGT, para discutir o Plano Bresser e a luta contra o arrocho salarial e o desemprego. Terminado os debates, os sindicalistas realizaram um comício na praça da Sé "contra o desemprego, a recessão e a

política imposta pelo FMI". "Ou param o arrocho ou paramos o Brasil", avisaram os manifestantes que compareceram ao ato realizado em Santo André.

Em Londrina ocorreram atos de "vandalismo e violência", para utilizar o jargão oficial. Mas diferentemente do que costumava acusar o governo, a truculência partiu, mais uma vez, da polícia. Os vândalos, digo, os policiais atacaram com cassetetes a passeata de 200 trabalhadores da construção civil. Os operários estão em greve há quase um mês, e realizaram um ato exigindo melhorias salariais e de condições de trabalho. Da refrega saíram feridos dez operários, e outros 15 foram presos pela Polícia Militar. Ainda no Paraná: em Curitiba, foi realizada uma passeata de carros e buzinaço da Assembleia Legislativa à praça Rui Barbosa, onde aconteceu um comício às 18h30m.

No próximo dia 21, em Brasília, reúnem-se a CGT, CUT e federações sindicais para discutir ações unitárias contra o desemprego e o arrocho.



O ato no Rio: "Fora Sarney, queremos diretas"

## DESEMPREGO II

### Repúdio operário à Fiat

Cerca de 6 mil operários realizaram, no último dia 30, uma manifestação de repúdio às demissões efetuadas pela Fiat em Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, nas duas últimas semanas foram dispensados aproximadamente 700 trabalhadores. Edmundo Vieira, presidente da entidade, garante que desde janeiro a multinacional italiana demitiu 2 mil funcionários.

No ato contra o desemprego, os sindicalistas também comentaram as férias coletivas que a montadora deu para 2 mil trabalhadores, a partir de 1º de julho. Para o sindicato, o fato é um sintoma de que novas dispensas poderão ocorrer e de que é necessário "reforçar a mobilização para barrar o desemprego e repudiar o Plano Bresser, que aprofunda a recessão" - conforme exclareceu Edmundo Vieira.

A manifestação contou com representantes da CGT, da CUT de vários sindicatos mineiros e do PC do B. Ela fez parte de uma série de iniciativas da entidade sindical para mobilizar a base. Na segunda-feira, dia 29, o sindicato esteve com o ministro Almir Pazzia-

notto para exigir alguma medida do governo. Mas este prometeu apenas enviar um telegrama à Fiat solicitando que ela suspendesse as demissões.

O argumento da multinacional para explicar as dispensas e as férias coletivas é que houve retração do mercado interno. Mas Edmundo Vieira rejeita esta posição. Segundo informa, "apenas 20% da produção da montadora vão para o mercado interno. O restante é destinado às exportações". Para ele, "a Fiat está utilizando as demissões para pressionar o governo estadual a devolver o ICM da produção exportada".

Ao final do ato público, os trabalhadores aprovaram várias formas de luta: não realizar mais horas extras; iniciar operação tartaruga; promover caravana à Brasília, no dia 6 de maio, para pressionar o governo; e intensificar os preparativos para a greve geral do dia 12 de agosto contra a política econômica do governo Sarney. Também ficou decidida a realização de uma manifestação em Brasília, no dia 7, juntamente com os desempregados de São Bernardo e Santo André.

(da sucursal)



O sindicalismo atrasado domina de novo na rua do Carmo

# Os números da eleição

Os números das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo são bastante elucidativos. Eles mostram, por exemplo, que a divisão da oposição em duas chapas foi fatal. No primeiro escrutínio, a oposição unida obteve cerca de 34 mil votos - 4 mil à frente da situação. Já no segundo, realizado na semana passada, a Chapa 3, que ficara em terceiro lugar e se retirara do pleito, não repassou o grosso de seus 14 mil votos para a Chapa 2. No resultado final, a Chapa 1 ficou com aproximadamente 33 mil votos e a chapa de oposição obteve 25 mil.

Em função da tática eleitoral adotada pela Chapa 3, que oficialmente foi apoiada pela CUT, este resultado era esperado. Durante todo o processo, ela centrou fogo na Chapa 2 e, de certa forma, relegou ao segundo plano o ataque à chapa situacionista. No caso das grandes fábricas isto ficou mais visível. Daí a dificuldade de repassar os votos no segundo escrutínio. Some-se a isto o fato do setor majoritário nesta articulação, o Mosmsp, não ter se empe-

nhado no segundo escrutínio e de muitos de seus adeptos terem pregado o voto nulo, e a conclusão é fácil: a chapa cutista contribuiu para vitória do atraso. Ela é responsável pelo retrocesso no sindicato, que fica agora sob total controle dos setores mais imobilistas e conciliadores do sindicalismo.

Segundo levantamento parcial, a Chapa 3 só conseguiu transferir perto de 50% de seus votos para a Chapa 2. Como fruto de sua campanha estreita, 20% de seus eleitores votaram na situação no segundo escrutínio e o restante ou se absteve ou votou nulo. Na segunda votação, diminuiu em 10% o número de eleitores e aumentaram os votos nulos.

Bem diferente ocorreu em 1981. Nesta época a Chapa 3, uma alternativa mais avançada encabeçada por Aurélio Peres, descarregou suas baterias contra o peleguismo e transferiu 92% de seus votos para a Chapa 2 no segundo escrutínio.

## SUBSTIMAÇÃO

Outra constatação dos números é que a oposição

menosprezou o trabalho desenvolvido pelo sindicato nos últimos três anos. Por sua vez, a Chapa 1 centrou sua propaganda para capitalizar esta ação sindical - mesmo não sendo seus integrantes os responsáveis pelo grande volume de greves na categoria, pelo aumento da sindicalização, etc. A Chapa 2, que contava com os 11 diretores dissidentes que promoveram este avanço no sindicato, não utilizou a contento esse trunfo eleitoral.

Resultado: a Chapa 1 não ganhou apenas com os votos dos aposentados e as prováveis fraudes. É certo que, no caso dos aposentados, ele saiu com grande vantagem - obteve 91% dos 8.869 votos. Mas ela também ganhou no conjunto das fábricas - com 52% contra 42% do votos dados à Chapa 2. A situação perdeu basicamente nas grandes empresas, onde trabalha o setor mais esclarecido da base metalúrgica (nas 25 urnas fixas das maiores fábricas, ela venceu em apenas oito), e na região de maior concentração proletária da capital paulista - a Zona Sul.



ASSASSINATO DE PAULO FONTELES

Esse tiro será vingado

Continuam os protestos contra o assassinato do advogado Paulo Fonteles e a exigência da punição dos mandantes e criminosos do crime ocorrido em Belém, dia 11 de junho.

“Esse tiro será vingado, mais cedo do que a reação espera”. Foi com este espírito que se realizou na noite do dia 26 de junho, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), em Porto Alegre, de um ato em repúdio ao assassinato do advogado e dirigente comunista Paulo Fonteles, exigindo a apuração do crime e punição dos mandantes e executores.

O presidente regional do Partido Comunista do Brasil, PC do B, Edson Silva, fez na abertura do ato um relato sobre a trajetória e luta de Fonteles. Finalizando disse que “esse foi Fonteles que a UDR mandou matar, mas sua morte será vingada, mais cedo do que o latifúndio espera”. O vereador Pedro Ruas, representando a OAB/RS disse que Paulo Fonteles foi um lutador. “Nós advogados ficamos muito chocados com sua morte, pois ela atinge toda a corporação. Fonteles pagou muito caro por manter uma coerência política, pagou com sua vida. Espero que sua morte seja um marco inicial para apurar todos os crimes já ocorridos e impedir que não venha mais acontecer tal brutalidade com aqueles que lutam pela democracia”.

Jair Kriskche, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, salientou que é mais um que tomba na luta, dizendo que “este assassinato tem dimensões muito mais amplas do que a própria luta de Fonteles. Ele foi assassinado num momento em que estava para ser votado os relatórios das comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte, como forma de intimidar os deputados para não aprovarem a reforma agrária. Fonteles é um exemplo de luta que deve ser seguido. Ele deixou para nós uma mensagem de luta, de construirmos uma pátria mais justa e seu sangue é uma convocação a todos nós”.

Para a vereadora Jussara Cony, do PC do B, de Porto Alegre, a luta de Fonteles foi um exemplo a todos os democratas e patriotas deste país, lembrando que somente com a unidade do povo é que vamos chegar à construção de uma nova sociedade. Ficou marcado para o dia 10 de julho na esquina democrática, na capital gaúcha às 17 horas, exigindo a apuração do crime e a prisão dos assassinos.

ATO EM CAMPINAS

Em Campinas, interior de São Paulo, foi realizado no dia 19 de junho ato na Câmara Municipal marcando o repúdio ao assassinato de Paulo Fonteles. Convocado pelo PC do B, PT, PDT, PSB, PCB, PMDB,

CUT, CGT, sindicatos, associações de classe e de bairros, entidades estudantis, entre outras, o ato contou com a presença da deputada federal Lidice da Mata (PC do B-BA), e do presidente do PC do B-PA, Neuton Miranda. O prefeito José Roberto Magalhães Teixeira enviou nota solidarizando-se com a manifestação.

APOIO DE DEPUTADOS

O deputado Walter Lazzarini, de São Paulo, enviou telex ao presidente da República, José Sarney, onde afirma: “Os mandantes - pessoas e entidades - useiros e vezeiros de tais práticas criminosas, são conhecidos do público e das autoridades e conspiram permanentemente contra o processo democrático como se eles fossem a Nação, e as leis existissem somente para os outros”. Adiante o deputado alerta: “Senhor presidente, se tais crimes continuarem impunes, as consequências são imprevisíveis”.

O deputado estadual José Dirceu (PT), também de São Paulo, apresentou moção à Assembleia Legislativa, onde assevera: “Ou se pune exemplarmente os assassinos e os mandantes do crime que vitimou o advogado Paulo Fonteles ou o poder público reconhece que compactua com a proliferação da matança como solução do problema da terra”.



Manifestação nas ruas de São Paulo durante os dias agitados de julho de 1917

GREVE GERAL DE 1917

Turbilhão operário

Há 70 anos o proletariado de São Paulo viveu uma das suas mais ricas experiências de luta. Durante a greve geral de julho de 1917 se levantou um imenso turbilhão humano saído das fábricas que enfrentou as balas da polícia, montou barricadas nas ruas e durante cinco dias tomou conta da capital. Diante da radicalização e da magnitude da paralisação, os patrões concederam o aumento salarial que antes negavam sequer a discutir.

Na segunda década do século a industrialização do país ainda era incipiente, apesar do grande crescimento que houve durante a primeira grande guerra. Se a indústria crescia, o nível de vida dos operários que já era precário piorava a cada dia devido à alta exagerada do custo de vida. Sem nenhuma lei trabalhista a seu dispor, o operariado trabalhava em média 12 a 14 horas diárias durante seis dias da semana para receber um salário que em 1918 variava de 80 a 120 mil réis. Como o consumo de uma família ficava em torno de 200 mil réis, mulher e filhos eram obrigados a trabalhar nas fábricas insalubres.

A partir de 1913 vinham ocorrendo inúmeras manifestações e greves contra a carestia e por aumentos salariais. São Paulo nesta época já concentrava o maior contingente proletário do país (em 1920 havia 83.998 operários de um total no Brasil de 293.673). A imensa maioria dessa mão de obra era de imigrantes europeus, que traziam de seus países de origem as idéias sociais. A maior força entre o movimento operário eram os anarco-sindicalistas, que viam o sindicato como uma arma para organizar a nova sociedade através de uma greve geral revolucionária.

A fome é o motor da revolta operária

O descontentamento era generalizado entre os trabalhadores e qualquer fagulha colocaria em ebulição esta massa humana. O estopim da revolta que abalou São Paulo foi a greve no Cotonifício Crespi, iniciada no dia 10 de junho. Os patrões prolongaram o trabalho noturno e se negaram a conceder o aumento salarial de 25% exigido pelos empregados. Com o passar dos dias outras fábricas paralisaram o traba-

lho. No dia 3 de julho já eram 5 mil os grevistas.

Nos dias 8 e 9 de julho ocorreram vários conflitos entre manifestantes e a repressão. Nem mesmo mulheres e crianças escaparam da pancadaria. A Polícia Militar guardava as portas das principais empresas. Em frente à fábrica Maiangela, a polícia disparou sobre os operários e a cavalaria atacou a multidão. Cai mortalmente ferido o jovem sapateiro José Martínez, que faleceu no dia 11 de julho. A greve já atingia praticamente todos os setores da indústria e serviços: metalurgia, tecelagem, gráfica, construção civil, fósforos, vidros, moagem, calçados, massas alimentícias, cerâmicas, alfaiates, transportes coletivos, carroceiros, lixeiros, entre outros.

Com a morte de José Martínez o sentimento de revolta explodiu entre a população e a cidade parou totalmente. No dia 12 cerca de 10 mil pessoas acompanharam silenciosas o enterro, vigiadas de perto por um grande aparato das forças militares. À tarde e à noite eclodiram vários conflitos nos bairros do Brás e Móoca. Ocorreram tiroteios entre a polícia e populares e surgem várias barricadas pelas ruas. Em São Bernardo, São Caetano e Santo André também houve conflitos com vários feridos. O comércio ficou fechado e ocorreram saques nos armazéns de mercadorias. O Comitê de Defesa Proletária que coordenou a resistência operária.

“Soldado! Recusai o papel de carrasco”

Os operários lançaram um manifesto aos soldados da Força Pública pedindo que não servissem de instrumento de opressão dos patrões. O documento afirmava: “Os gremios miséria e no sofrimento. Os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão! Soldados! Recusai-vos ao papel de carrascos!” Nos quartéis começam as “insubordinações” e vários soldados se recusaram a praticar violências contra os grevistas. Outros desertam.

O governo fugiu da capital. Os operários controlavam todo o movimento da cidade. Vendo-se impotentes para debelar a revolta, os patrões e as autoridades governamentais aceitaram negociar com os grevistas. No dia 16 de julho as principais firmas de São Paulo assinaram um acordo concedendo aumento de 20% nos

salários e se comprometendo a não demitir os grevistas.

O Comitê de Defesa Proletária convocou comícios para o Largo da Concórdia, Lapa e Ipiranga, para comemorar a vitória. No Largo da Concórdia compareceram cerca de 80 mil pessoas. Everardo Dias, ativo militante, descreve em seu livro “Histórias das Lutas Sociais no Brasil”, aquele momento grandioso: “Nunca se viu, na cidade, uma concentração tão numerosa, tão comovente e tão conscientemente disciplinada. Três oradores designados pelo Comitê, três líderes sindicais que o proletariado conhecia e respeitava: Edgard Leuenroth, Antônio Candeias Duarte e Teodoro Mucillelli falaram à multidão. Discursos patéticos de afirmação e de despertar das massas para não se deixar ilaquear pela provocação e pela lábia dos exploradores do braço operário. Terminaram pedindo a todos que fosse respeitado o acordo firmado, voltando ao trabalho no dia seguinte. A multidão entoa, então, o hino dos trabalhadores - a Internacional - e o comício é encerrado”.

Um exemplo que se espalhou pelo país

A greve geral de 1917 se transformou num marco do movimento operário. Após ela se deflagraram uma série de greves por todo o país. Em novembro de 1918, no Rio de Janeiro e em outubro de 1919, em São Paulo, a classe operária realizou mais duas greves gerais. Depois disso o movimento operário entrou em declínio devido às perseguições, prisões e deportações das principais lideranças sindicais e também às debilidades de orientação de suas lideranças. Só depois de mais de uma década é que há uma retomada no movimento reivindicatório. Uma importante lição foi tirada destas lutas operárias: apesar da combatividade de seus militantes, o anarquismo se mostrou incapaz de dar à classe operária uma sólida organização que permitisse enfrentar o Estado dos latifundiários e industriais. Alguns anos depois é fundado o Partido Comunista do Brasil, tendo à sua frente antigos líderes operários, inclusive alguns anarquistas, que abandonaram suas antigas concepções para elevar a luta de classes do país num patamar mais alto, marxista-leninista.

(Domingos Abreu)

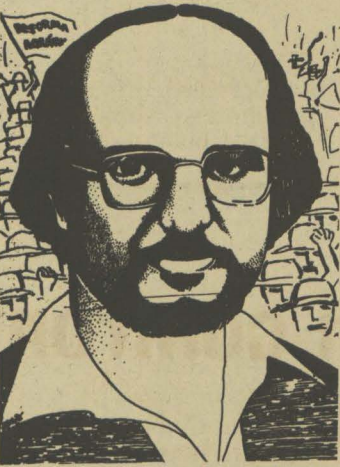


A mãe e a viúva do advogado Fonteles (à direita) com Elza Monerat, em um ato no Rio de Janeiro

Um mártir dos oprimidos

Polemizando com dom Alberto Ramos, o arcebispo de Belém que proibiu que padres e religiosos acompanhassem o enterro ou oficializassem atos religiosos em favor de Paulo Fonteles - advogado e dirigente do PC do B assassinado em Belém no dia 11 de junho -, o professor Armando Alves Filho enviou carta ao jornal “A província do Pará” onde afirma: “o que eu ouvi de V. Exa. (o arcebispo) foi bem diferente das lições que me ensinaram”. Armando é católico, foi colega de ginásio de Fonteles, estudou em escolas confessionais e é professor de uma escola religiosa.

Ele confessou-se chocado ao ouvir “de sua própria boca, senhor arcebispo, que o ex-deputado Paulo Fonteles, por ser ateu e vinculado ao Partido Comunista do Brasil, não necessitava de orações”. Armando Alves Filho destaca



que “Paulo dedicou-se inteiramente à causa dos oprimidos, quando poderia ter usado sua inteligência e competência para alcançar outros objetivos. A vida de nosso mais novo mártir foi de renúncia, de opção pelos pobres, de coragem e, reconhecidamente, arriscada”.

“A sua colocação, senhor

arcebispo” continua, adiante, o missivista, “lembrou-me o tempo em que a sociedade europeia, na sua ânsia doentia de lucro, tentava justificar a espoliação que praticava contra os povos americanos, argumentando que os referidos povos não eram dotados de alma”.

Concluindo sua carta com o convite “Vamos refletir!”, Armando Alves Filho afirma:

“Durante muitos séculos, além de participar da exploração, ser conivente na espoliação e ainda pregar o conformismo, a Igreja Católica deixou de ensinar a fraternidade, a luta pela justiça e pela liberdade, a importância da união, da fé e da esperança, ensinamentos que Paulo Fonteles, o mais novo mártir dos oprimidos e desertados de nosso país, nos legou”.

Tribuna Operária

-Fone: 221-5444 - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. CAMPINA GRANDE: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigarão Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55309. Recife: R. do Sossage, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigarão José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Itui: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643, CEP 98700. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amiral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Friburgo: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação de Editoria Anita Garibaldi Ltda. Composição: Post-Up e Editorial. Paulo Gattora Ltda. Fone: 35.9738. Impressão: Cia. Impres. Fone: 815-4999 - São Paulo

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 33, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel. ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrasão 2º andar sala 32 - CEP 69900. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. MACÉIO: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: R. Simom Boli-var, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARA - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Praça Otávio Bomfim, s. n. Altos, - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921





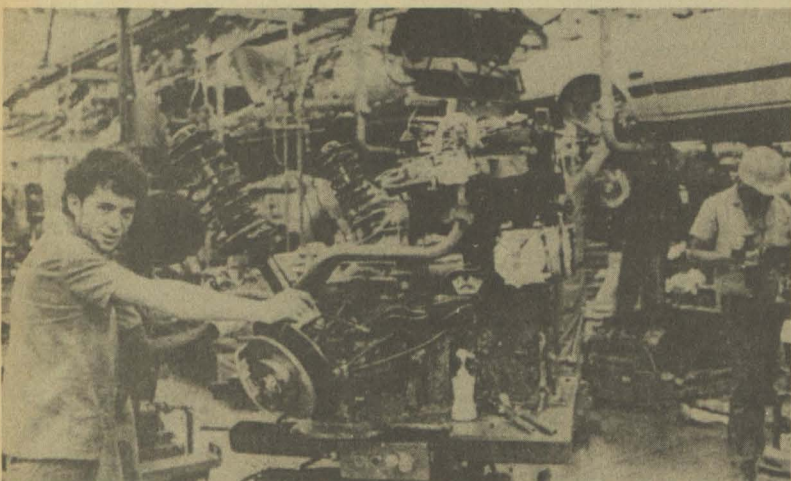
# O peso do desemprego

Com as 4.165 demissões na Ford e na Volkswagen, os metalúrgicos de São Bernardo voltam a enfrentar o peso do desemprego em massa. A categoria ainda busca formas de reagir ao facão. Mas desde o dia das demissões era visível, na consciência dos metalúrgicos, a relação entre as demissões e a crise política nacional.

Na assembléia convocada dia 26 pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o assunto mais comentado pelos operários, em rodinhas espontâneas, era o episódio das pedradas em José Sarney, ocorrido no dia anterior. Um demitido do setor de montagem da Ford, sem controlar a revolta, comentava: "Fiquei triste de ter quebrado só o vidro do ônibus".

Foto: César Diniz

Nos discursos dos líderes sindicais, não houve apelo a este tipo de reação, ditada mais pelo desespero. Porém, ao contrário do que acontece em 1981, a direção do Sindicato de São Bernardo já coloca, por exemplo, a relação entre as demissões e a dívida externa.



Para os que não perdem o emprego, sobra o achatamento salarial

## METALÚRGICOS DE BELO HORIZONTE

# Duas concepções de sindicato em confronto

De 6 a 10 de julho próximo, os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem elegerão a nova diretoria do seu sindicato. Três chapas disputam o pleito, mas a polarização se dá entre a Chapa 1, composta pela atual diretoria e hegemonizada pelo grupo Convergência Socialista, do PT, e a Chapa 2, encabeçada por Ênio Seabra, líder da grande greve de 1968, e que conta com grande número de cipeiros. A Chapa 3, integrada por membros da diretoria derrotada em 84, não joga papel na disputa.

O grosso dos metalúrgicos da base sindical reside em Contagem e trabalha basicamente em dois pólos de concentração - um na cidade industrial e outro no Cinco (Centro Industrial de Contagem). Este último foi instalado no período do chamado "milagre econômico", quando os militares escancararam as portas do país para o capital estrangeiro.

Com a ampliação do pólos

atualmente existem cerca de 3 mil empresas no setor. A grande maioria delas emprega menos de 50 trabalhadores. Somente 250 fábricas contam com mais de 100 operários. E destas, duas se destacam como as principais concentrações proletárias: a Mannesmann, com seus quase 11 mil funcionários, e a Belgo Mineira, com perto de 3 mil.

## MENOS SÓCIOS

A categoria, que conta com aproximadamente 65 mil metalúrgicos, tem apenas 13 mil sindicalizados aptos a votar nesta eleição, segundo informações da atual diretoria. Esta inclusive reconhece que nos últimos tempos caiu o número de associados, que já chegou a ser de 16 mil trabalhadores. Esse dado reflete o desencanto da base com a gestão petista.

Em Belo Horizonte, a insatisfação dos operários com a atual diretoria é ainda maior. Isto porque ela desativou a sede central do sindicato, na rua Bahia, que era um ponto de referência para a categoria. Neste local atualmente funciona, em uma sala, a sede do

os pátios das empresas, e o braço de ferro das montadoras com o governo pelo fim do depósito compulsório (que, não por acaso, caiu horas depois das demissões por atacado). No entanto, há também outras causas, mais sérias e profundas.

Uma delas diz respeito especificamente à Ford e à Volks, que se aliaram numa união de gigantes multinacionais, formando a chamada Autolatina. Com a associação, as duas empresas passaram por um processo de "racionalização" do processo produtivo. E essa "racionalização" capitalista resultou mais uma vez em prejuízo para a classe operária, em vez de levar, por exemplo, a uma redução da jornada de trabalho.

A outra causa, que atinge todas as indústrias de São Bernardo e o país como um todo, é a crise de superprodução que volta com força total.

## A RECAÍDA DA CRISE

A crise que aparece no horizonte pode ser vista como uma recaída da que flagelou os trabalhadores em 1981-83.

Em 1984-85 a economia começara a se recuperar, baseada num brutal esforço de exportação. Em 1986 a recuperação prosseguiu, durante o Cruzado I, alimentada pelo aquecimento do mercado interno. Contudo, não houve a renovação em ampla escala dos sistemas produtivos, que dá sustentação ao crescimento da produção e do mercado, nos casos típicos de recuperação das crises. E nem podia haver, com a economia brasileira

sugada pelo pagamento da dívida.

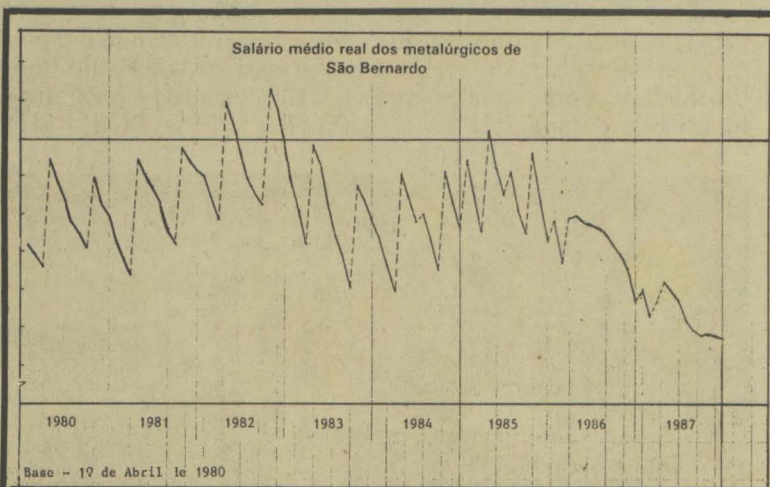
Assim, em vez de termos um ciclo maior, como acontece no modelo clássico, das crises capitalistas, a recessão volta com apenas seis anos de intervalo.

## CARAVANA A BRASÍLIA

As crises econômicas são uma praga incurável do sistema burguês e até hoje não houve, sob o capitalismo, governo capaz de evitá-la. Mas isto não quer dizer que o governo Sarney não tenha culpa no cartório. Na verdade, toda a política econômica do Planalto, principalmente depois do chamado Plano Bresser ou Cruzado III, assepra, apressa e aprofunda a recessão e o desemprego.

Os metalúrgicos de São Bernardo sentem na carne esta vinculação. Por isso decidiram na assembléia, como forma de responder à situação, enviar uma grande caravana de desempregados a Brasília, na segunda-feira dia 6, para pressionar o governo Sarney e a Assembléia Constituinte.

O estado de espírito dessa caravana pode ser medido pelas palavras de um operário da base, na assembléia do dia 26: "Eu fui mandado embora em 81 e fui mandado hoje. Na greve dos 40 dias (em 1980), apanhei, me pisaram. Mas partirei para Brasília. Vou mostrar, na frente do homem, que ele é um rato e eu sou um patriota. Amanhã ou depois nós vamos ver nossas crianças passando dificuldade, enquanto eles estão na melhor. Mas nós nunca vamos baixar nossa cabeça". (Bernardo Joffily)



## Os salários definham

A onda de desemprego em São Bernardo ocorre num momento de sufoco especialmente grande para os metalúrgicos. A classe operária passa a sofrer um esmagamento em duas direções: de um lado, o Plano Bresser confisca boa parte dos salários reais de cada trabalhador; por outro, o salário que a classe como um todo recebe fica ainda mais reduzido, já que diminuiu o número dos que estão trabalhando e ganhando.

O gráfico acima, elaborado pelo Dieese, mostra bem como estão baixos os salários na categoria - bem mais baixos do que em 1981-83, quando houve a última onda de demissões.

Resta saber se os metalúrgicos de São Bernardo vão tolerar este máxi-arrocho.

Nas épocas de crise, os patrões têm o costume de usar o desemprego como um fantasma, tentando semear o ter-

ror e "domesticar" os trabalhadores. Porém está provado que a submissão ao patronato, em vez de evitar as demissões, deixa-os mais à vontade para manejar o facão.

Um testemunho vivo disto é o de Manoel Palmiro dos Reis, demitido após 19 anos na Volkswagen, onde era líder na linha 181, montagem de motor. Revoltado até as lágrimas, ele conta: "Quando me obrigavam a fazer hora-extra, eles falavam:

- Você é líder, você tem que vir!  
- Mas eu não agüento...  
- Não tem conversa!"

Agora, Palmiro constata com amargura que a submissão não o salvou: "É isso que está me revoltando. Não a demissão em si, mas eu ter agüentado 19 anos, arrastando esta perna doente, fazendo o que eles queriam".

grupo Convergência Socialista, que está incrustado no PT. "Tá mais uma prova da partidização do sindicato", comenta o jornal da Chapa 2, de oposição.

Também entre as mulheres metalúrgicas é grande o desgaste da direção petista. Segundo Celeste Deogracias, operária da RCA, nos últimos anos cresceu a participação da mão de obra feminina no setor. A firma SID (que fabrica componentes eletrônicos para informática), por exemplo, abriu um novo turno e dobrou

o número de mulheres. Nesta empresa trabalham cerca de mil operárias e apenas 20 são sindicalizadas. "A atual diretoria não tem uma política específica para atrair as metalúrgicas para o sindicato", comenta Celeste, que integra a Chapa 2.

## DUAS CONCEPÇÕES

Na realidade, a eleição dos metalúrgicos mineiros coloca em confronto duas concepções de sindicalismo. Uma, representada pela Convergência Socialista, que prega a partida-

rização do sindicato, sua transformação num órgão de um pequeno grupo. E outra, expressa no programa da Chapa 2, que propõe a construção de um sindicalismo amplo, aberto, que represente o conjunto dos trabalhadores.

Conforme explica Ênio Seabra, "a Chapa 2 tem de novo a disposição de mudar a visão que se instalou no nosso sindicato". Para ele, "nesse momento, é preciso criar sindicatos fortes, que tenham condições de unificar todos os trabalhadores. A partidização do sindicato, como a que existe na nossa entidade, traz grandes prejuízos aos explorados. Ela é a principal responsável pela divisão do sindicalismo brasileiro". E Ênio conclui: "É isso que nós combatemos nessa eleição".

Até o momento a campanha eleitoral já apresentou um resultado positivo. Ela levou para a base metalúrgica o debate sobre a partidização do sindicato, que até então era feito unicamente nas cúpulas.

Durante os três anos de gestão petista, os setores divergentes enfrentaram dificuldades para se articular e expressar suas críticas ao partidismo. A prática antidemocrática da atual diretoria e a expectativa criada com a derrota dos setores imobilistas em 84, contribuíram para ofuscar a discussão.

Mas agora o debate ganhou força. "Nossa campanha cresceu e deu um susto na atual diretoria, que se considerava tranquila na posição", explica Ângelo Leite, mecânico de manutenção da Polig Heckel e candidato a secretário da Chapa 2. Para ele, "levamos a vantagem de cruzar com o sentimento de oposição que é real na categoria". Essa insatisfação se expressou em vários momentos da campanha eleitoral. Na portaria da Mannesmann, firma onde Ênio Seabra trabalha, a Chapa 1 entrou num ônibus para fazer sua propaganda e foi recebida pelos metalúrgicos com o grito de "Chapa 2, Chapa 2".

(da sucursal)



A antiga sede do sindicato agora é da Convergência Socialista

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois